



DATA DA REUNIÃO: CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E CATORZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZASSEIS HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZOITO HORAS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE COSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente deu conhecimento dos seguintes despachos:-----

a) Despacho de vinte e seis de fevereiro findo que concedeu tolerância de ponto a todos os trabalhadores da câmara municipal e dos serviços municipalizados de Santo Tirso no dia quatro do corrente mês de março, terça-feira de carnaval.-----

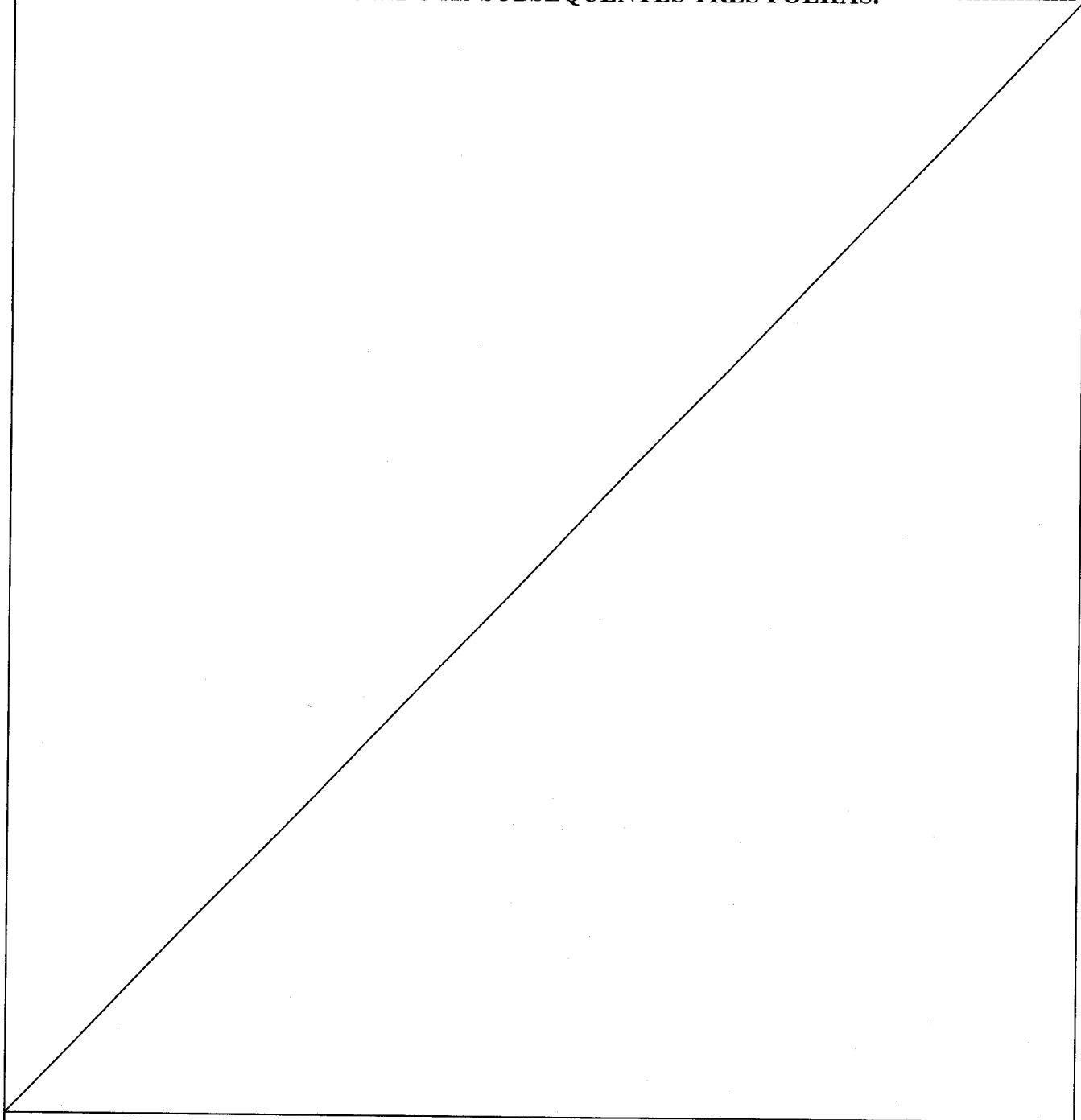
b) Em cumprimento do disposto no parecer genérico aprovado pela câmara municipal em reunião de catorze de janeiro último, dá-se conhecimento do despacho de vinte e seis de fevereiro findo que adjudicou ao advogado Dr. Pedro Sousa Lobo um contrato de prestação de serviços jurídicos tendo por objeto a consulta jurídica e emissão de parecer jurídico relativamente à eventual resolução do contrato de Parceria Pública celebrado em cinco de julho de dois mil e treze entre o Estado Português e o conjunto dos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa, e do Contrato de Gestão previsto na cláusula 13ª desse contrato, celebrado em vinte e seis do mesmo mês de julho, e consequências resultantes dessa eventual decisão, pelo preço de 4.356,00 € (quatro mil trezentos e cinquenta e seis euros) mais IVA à taxa em vigor à data da faturação.-----



[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 5/MARÇO/2014 – ATA Nº 5

4

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária de 18/02/2014
- 2 – Proposta de delegação de competências no presidente da câmara – 4º aditamento à deliberação de 21/10/2013
- 3 – Proposta de constituição de fundos de maneo: Aditamento à deliberação da câmara municipal de 14/01/2014
- 4 – Revisão aos documentos de prestação de contas dos anos 2011 e 2012
- 5 – Empreitada: “Centro Escolar da Ermida – Ampliação do Edifício Escolar – S. Cristina do Couto”: Adjudicação de trabalhos a mais e trabalhos para suprimento de erros e omissões do projeto: Ratificação de despacho do presidente
- 6 – Projeto de Requalificação do Museu Municipal Abade Pedrosa / Museu internacional de escultura contemporânea ao Ar Livre: Aprovação: Ratificação de despacho do presidente
- 7 – Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre o município de Santo Tirso e o Futebol Clube Tirsense: Alteração da cláusula terceira: Ratificação
- 8 – Alteração do Regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais (2ª e 3ª alterações): Retificação da deliberação da câmara municipal de 24/04/2013
- 9 – Proposta de alteração do Regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais – 4ª Alteração
- 10 – Conselho Municipal de Educação – eleição dos representantes dos educadores de infância e dos docentes de ensino básico e secundário – Proposta de Regulamento Eleitoral
- 11 – Minuta de contrato de prestação de serviços e cedência de espaço na Incubadora de Moda e Design da Fábrica de Santo Thyrsos: Aprovação



- 12** – Protocolo celebrado entre o município de Santo Tirso e a Área Metropolitana do Porto no âmbito do Programa Metropolitano de Emergência Social: Ratificação
- 13** – Proposta de celebração de Protocolo entre o município e a associação “Mundos de Vida, Associação para a educação e solidariedade – integração da rede Procuram-se Abraços
- 14** – Proposta de Criação de Regulamento Municipal de Estágios
- 15** – Proposta de celebração de acordo com Armindo Ferreira Guimarães, tendo por objeto pôr fim ao litígio relativo à propriedade de um caminho e terreno adjacente sito no lugar da Ponte Velha, junto ao Rio Sanguinhedo (Processo judicial n.º 2276/09.9TBSTS)
- 16** - Proposta de celebração de Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo entre o município de Santo Tirso e Futebol Clube de Vilarinho
- 17** – Subsídios
 - À Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova: Obras de beneficiação do edifício
 - À junta de freguesia da Reguenga: Reconstrução de muro de suporte na Travessa da Liberdade
 - Aos Ranchos e grupos folclóricos do concelho
 - União Desportiva e Social de Roriz – Aquisição de uma carrinha
- 18** - Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços
 - Celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a manutenção preventiva das instalações de sistemas de climatização e QAI e microgeração fotovoltaica, na Escola Básica de S. Tomé de Negrelos / Ponte



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

6

- Celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a contratação de certificação energética e Plano de Segurança e Saúde relativos ao Projeto de Requalificação do Museu Abade Pedrosa / Museu Internacional de Escultura contemporânea
- Celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a manutenção dos elevadores instalados na Escola Básica de S. Tomé de Negrelos / Ponte
- Celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto serviços de transporte no âmbito do "Programa Mimar" (Páscoa/2014)

Santo Tirso, 27 de fevereiro de 2014

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

Nota: Foram retirados de reunião os assuntos constantes dos itens 3 e 4 da presente ordem do dia. Os restantes assuntos foram, consequentemente, renumerados.



A

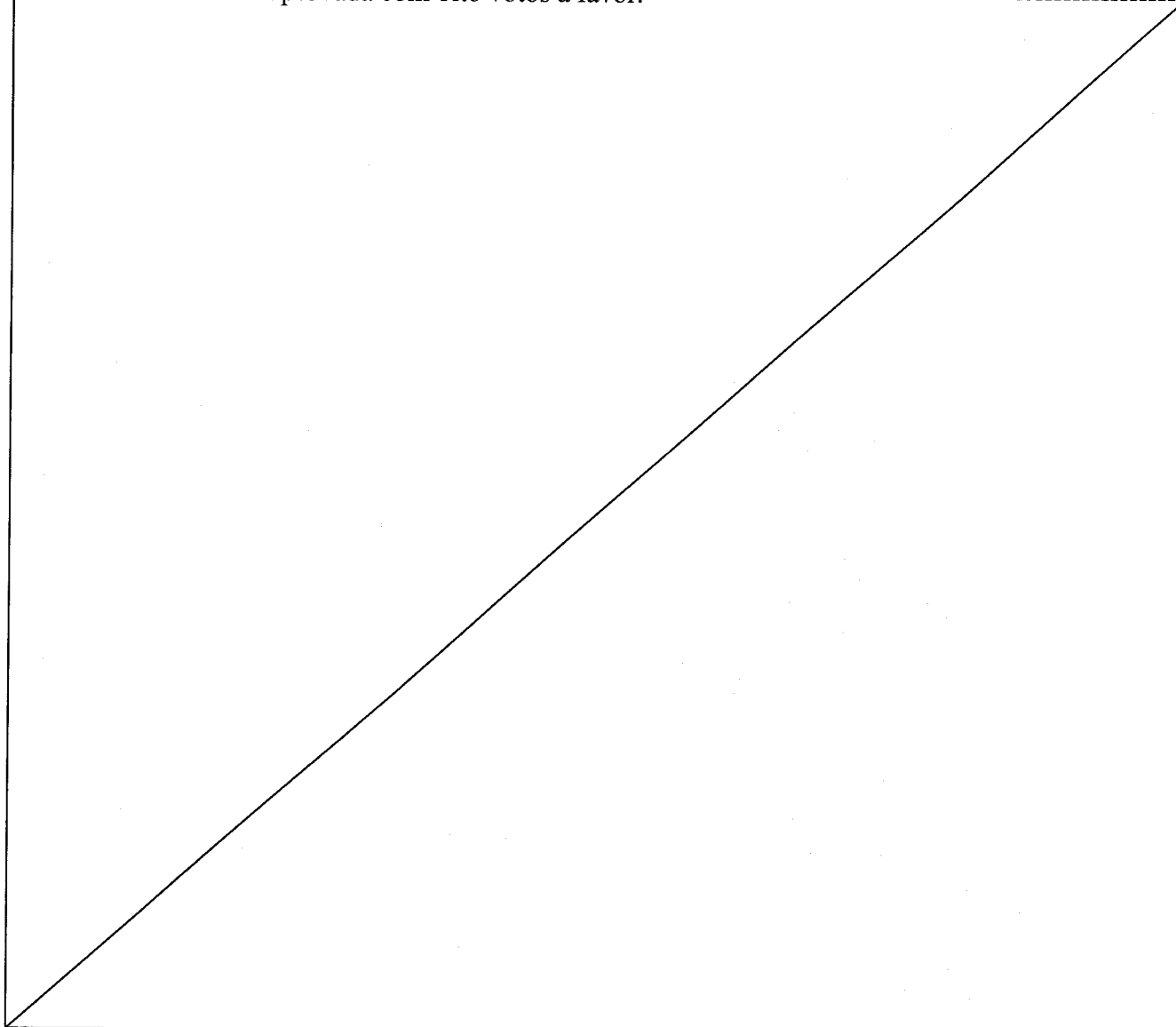
7

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (18/02/2014).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia dezoito de fevereiro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----





[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

2. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA – 4º ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DE 21/10/2013.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi dito:-----

I. Em aditamento às anteriores deliberações da câmara municipal em matéria de delegações de competências no presidente da câmara, e com a fundamentação constante das mesmas, propomos que a câmara municipal delibere delegar no presidente da câmara municipal as seguintes competências:-----

a) As competências previstas no **Decreto-Lei 138/89, de 28 de abril**, relativo ao regime jurídico de proteção do relevo natural, solo arável e revestimento vegetal (aquele diploma legal foi mantido em vigor pelo n.º 2 do artigo 3º da Lei 12/2012, de 13 março);-----

b) As competências previstas no **Decreto-Lei 309/2002, de 28 de dezembro**, que estabelece as disposições aplicáveis à manutenção e inspeção de meios mecânicos de elevação, nomeadamente as competências previstas nos artigos 7º e 26º desse diploma legal.-----

II. Dispõe a alínea g) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro que compete ao presidente da câmara municipal *“Autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite estipulado por lei ou por delegação da câmara municipal, com a exceção das referidas no n.º 2 do artigo 30º”*;-----

Sucedê que, atualmente, em matéria de despesas públicas, não existe legislação especial reguladora do regime jurídico da autorização de despesas nos serviços da Administração Local, para além do que vigora em matéria de despesas com locação e aquisição de bens e serviços, cujo quadro de competências está previsto no artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, que se mantém em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro (que aprova o Código dos Contratos Públicos);-----

Quanto à realização de despesas em matéria de empreitadas de obras públicas, tem-se entendido que o artigo 4º do referido Decreto-Lei 197/99 se mantém igualmente em vigor;-----

No entanto, para além das despesas com empreitadas de obras públicas e locação e aquisição de bens e serviços, existem despesas municipais noutras áreas, não estando delimitada a competência do presidente da câmara, sendo certo que a câmara municipal, enquanto órgão executivo, tem competência para autorizar despesas, sem qualquer limite, desde que as mesmas digam respeito a matérias que caibam nas atribuições do município e sejam respeitadas as demais normas legais em matéria de assunção e autorização de despesas públicas;-----

Face ao exposto, propomos que a câmara municipal, para além das competências já delegadas no presidente da câmara municipal para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços, e aquisição de bens imóveis, delegue também no presidente da câmara, com a faculdade de subdelegação nos vereadores, a competência para autorizar outras despesas orçamentadas (previstas no Orçamento da Despesa ou no Plano de Atividades municipais aprovados pela assembleia municipal), até ao limite de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros).-----

As propostas foram aprovadas por unanimidade.-----

Republicam-se, em anexo à presente deliberação, as delegações de competências da câmara municipal no presidente da câmara, o que passa a constituir as subseqüentes quinze folhas da presente ata.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

10

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA

De harmonia com as deliberações da câmara municipal de vinte e um e trinta de outubro e doze e vinte e seis de novembro de 2013 e cinco de março de 2014, ficam delegadas no presidente da câmara municipal as competências a seguir referidas, com a faculdade de subdelegação em quaisquer dos vereadores, ou nos dirigentes das unidades orgânicas materialmente competentes, neste último caso se essa possibilidade de subdelegação estiver expressamente prevista na lei.-----

I – COMPETÊNCIAS MATERIAIS PREVISTAS NO ARTIGO 33º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:-----

- a) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;-----
- b) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja despesa / estimativa de despesa / orçamento / preço base ou preço contratual seja superior a 149.639,37 € (30.000 contos) e inferior ou igual a 748.196,85 € (150.000 contos);-----
- c) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a RMMG (atualmente até 485.000,00 €);-----
- d) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao da alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano, e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;-----
- e) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos legalmente previstos;-----
- f) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;-----
- g) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;-----
- h) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

11



divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;-----

i) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;-----

j) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;-----

k) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;-----

l) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;-----

m) Executar as obras, por administração direta, até ao valor autorizado pela câmara municipal, ou empreitada;-----

n) Alienar bens móveis;-----

o) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, até ao valor referido na anterior alínea b) da presente deliberação;-----

p) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;-----

q) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;-----

r) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, cabendo-lhe, nomeadamente, exercer as competências previstas no artigo 10º do Decreto - Lei 299/84, de 5 de setembro, desde que, relativamente à aprovação do respetivo plano não resulte uma despesa para o município superior a 748.196,00 €;-----

s) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável;-----

t) Decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, nos termos legalmente previstos;-----

u) Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos legal e regulamentarmente fixados, e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

12

ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;-----

v) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;-----

w) Designar os representantes do município nos conselhos locais;-----

x) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;-----

y) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;-

z) Administrar o domínio público municipal;-----

aa) Decidir sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;-----

bb) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;-----

cc) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;-----

dd) Decidir sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;-----

ee) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;-----

ff) Decidir, no prazo máximo de trinta dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;-----

gg) Dar cumprimento, ao Estatuto do Direito de Oposição;-----

hh) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município, sem prejuízo do disposto no regime jurídico da Contratação Pública em matéria de aquisição de serviços;-----

ii) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado.-----

II. EM MATÉRIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

1. Competências previstas no Decreto – Lei 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações entretanto introduzidas (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação):-----

a) A competência prevista no n.º 1 do artigo 5º, para concessão de licenças administrativas para realização das operações urbanísticas referidas no n.º 2 do artigo 4º daquele diploma legal;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

13

- b)** A competência prevista no n.º 4 do artigo 5º, em conjugação com o disposto no artigo 16º, para aprovar os pedidos de informação prévia sobre a viabilidade de realização de quaisquer operações urbanísticas, nos termos previstos neste diploma legal ou em qualquer outro regime jurídico que preveja a possibilidade de pedido de informação prévia que implique a apreciação sobre a realização de operações urbanísticas;-----
- c)** Autorizar a emissão da certidão prevista no n.º 9 do artigo 6º do mesmo diploma legal, comprovativa da verificação dos requisitos do destaque de uma única parcela de prédio que cumpram os requisitos previstos nos números 4 e 5 do mesmo artigo;-----
- d)** A competência prevista no n.º 3 do artigo 20º, para decidir sobre o projeto de arquitetura;-----
- e)** A competência prevista no n.º 6 do artigo 23º para a concessão de licença parcial para construção da estrutura, nos termos e condições previstas na lei;-----
- f)** Aprovar os termos dos contratos previstos no n.º 3 do artigo 25º do referido diploma legal, bem como decidir sobre o montante da caução aí prevista;-----
- g)** Aprovar as alterações à licença de loteamento previstas no n.º 8 do artigo 27º do referido regime jurídico;-----
- h)** Definir, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 44º do mesmo diploma legal, se as parcelas cedidas ao município, no âmbito desse artigo, ficam afetas aos domínios público e privado do município;-----
- i)** Aprovar os termos dos acordos de cooperação e contratos de concessão previstos no n.º 1 do artigo 46º daquele diploma legal, relativamente à gestão das infraestruturas e dos espaços verdes e de utilização coletiva;-----
- j)** Decidir sobre o montante da caução destinada a assegurar a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 54º;--
- k)** Decidir sobre o reforço do montante da caução, nos termos e nas condições previstas na alínea a) do n.º 4 do mesmo artigo 54º;-----
- l)** Decidir sobre a redução da caução, a requerimento do interessado, em conformidade com o andamento dos trabalhos, nos termos da alínea b) do n.º 4 do mesmo artigo 54º;-----
- m)** Prorrogar o prazo para a conclusão das obras, nas condições previstas no n.º 3 do artigo 53º;-----
- n)** Aprovar os termos dos contratos de urbanização previstos no artigo 55º;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

14



- o)** Decidir sobre o pedido de execução por fases das obras de urbanização, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 56º, do referido regime;-----
- p)** Prorrogar o prazo para a conclusão das obras, nas condições previstas no n.º 5 do artigo 58º;-----
- q)** Decidir sobre a execução faseada da obra nos termos do disposto no artigo 59º;-----
- r)** Decidir sobre se o edifício satisfaz os requisitos legais para a constituição do regime de propriedade horizontal para efeitos do n.º 3 do artigo 66º;-----
- s)** Declarar a caducidade nos termos previstos no artigo 71º do mesmo diploma legal;-----
- t)** Promover a publicitação da emissão de alvarás de licença de loteamentos, nos termos previstos no artigo 78º;-----
- u)** A competência prevista no n.º 9 do artigo 85º do referido diploma legal, para emitir oficiosamente alvará para execução de obras por terceiro, nos termos legalmente previstos;-----
- v)** A competência prevista no artigo 87º do diploma legal acima referido, para decidir sobre a receção provisória e definitiva das obras de urbanização após a sua conclusão ou depois de findo o correspondente prazo de garantia, respetivamente;-----
- w)** A competência prevista no n.º 3 do artigo 88º, para reconhecer o interesse na conclusão de obras inacabadas e emitir a licença especial aí prevista;-----
- x)** Determinar, mediante prévia vistoria, a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético ou ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e segurança das pessoas, nos termos previstos no artigo 89º do RJUE, e o respetivo nível de conservação;-----
- y)** Ordenar a posse administrativa do imóvel para dar execução imediata às obras que sejam determinadas ao abrigo do artigo 89º ou que não sejam concluídas nos prazos fixados, de acordo com o artigo 91º do RJUE;-----
- z)** Ordenar o despejo sumário dos prédios ou parte dos prédios nos quais haja de realizar-se as obras previstas no artigo 89º de harmonia com o previsto no artigo 92º do mesmo diploma legal.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

15

2. Competências previstas no Decreto – Lei 39/2008, de 7 de março, (regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos):-----

a) As competências previstas no n.º 2 do artigo 22º do referido diploma legal, para:-----

- Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos empreendimentos de turismo de habitação;-----

- Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos empreendimentos de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais;-----

- Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos parques de campismo e de caravanismo;-----

- Efetuar e manter o registo do alojamento local disponível ao público.-----

b) Declarar a caducidade prevista no n.º 1 do artigo 33º e proceder à cassação e apreensão do respetivo alvará;-----

c) A competência prevista no artigo 39º do mesmo diploma legal, para a dispensa dos requisitos exigidos para a atribuição da classificação.-----

3. Competências previstas no Decreto – Lei 141/2009, de 16 de junho (regime jurídico das instalações desportivas de uso público):-----

a) A competência prevista no n.º 2 do artigo 13º do referido DL, para fixar a capacidade máxima de utilização e de acolhimento de eventual público, nas instalações desportivas aí referidas e nos termos legalmente previstos;-----

b) Determinar a suspensão imediata do funcionamento da instalação e a realização da vistoria extraordinária nos termos do nº 4 do artigo 27º do referido diploma legal;-----

c) Promover a realização de vistorias das instalações desportivas existentes na área do município, conforme dispõe o artigo 31º do referido diploma legal.-----

4. Competências previstas no Decreto – Lei 310/2002, de 18 de dezembro (regula o regime jurídico do licenciamento do exercício e da fiscalização de diversas atividades):-----

A competência prevista no artigo 4º, para decidir sobre a criação e a extinção do serviço de guardas-noturnos em cada localidade e a fixação e modificação das áreas de atuação de cada guarda, nos termos da lei e do previsto no artigo 3º do Regulamento sobre o Licenciamento das atividades diversas;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

16

b) A competência prevista no n.º 1 do artigo 18º do mesmo diploma legal, para decidir sobre os pedidos de realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática do campismo e caravanismo;-----

c) Decidir sobre a revogação da licença referida no número anterior, nos termos previstos no respetivo regulamento;-----

d) A competência prevista no n.º 1 do artigo 29º do referido diploma legal, para concessão de licenças para a realização de arraiais, romarias, bailes, provas desportivas e outros divertimentos públicos organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, nos termos previstos na lei, (na parte cuja competência não foi transferida para as juntas de freguesia);-----

e) A competência prevista no n.º 2 do artigo 39º, para licenciar a realização das fogueiras aí referidas.-----

5. Competências previstas no Decreto – Lei 267/2002, de 26 de novembro
(regime jurídico do licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo, postos de abastecimento de combustíveis e redes e ramais de distribuição ligadas a reservatórios de gases de petróleo liquefeito, ao abrigo do DL 125/97 de 23 de maio):-----

a) Decidir os pedidos de licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo abrangidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 5º do referido diploma legal;-----

b) Decidir os pedidos de licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis abrangidos pela alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo 5º;-----

c) Decidir sobre os pedidos de autorização para a execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição previstas na alínea c) do n.º 1 do referido artigo 5º;-----

d) Decidir a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 20º;-----

e) Determinar a realização do inquérito previsto no n.º 1 do artigo 30º;-----

f) Tomar as diligências necessárias no âmbito das reclamações de terceiros e proceder à respetiva decisão nos termos do disposto no artigo 33º.-----

6. Competências previstas no Decreto – Lei 260/2002, de 23 de novembro
(regula o licenciamento de áreas de serviço que se pretenda instalar na rede viária municipal):-----

a) Decidir sobre a concessão da licença de funcionamento de áreas de serviço na rede viária municipal;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

17

b) Promover as diligências necessárias à verificação prevista no n.º 1 do artigo 7º daquele diploma legal.-----

7. Competências previstas no Decreto – Lei 270/2001, de 06 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 340/2007, de 12 de outubro (regime jurídico da **pesquisa e exploração de massas minerais – “pedreiras”**):-----

a) Ordenar a realização das vistorias previstas no artigo 31º do referido diploma legal;-----

b) Declarar a caducidade da licença de exploração, nos casos e nos termos previstos na lei.-----

8. As competências previstas no Decreto-Lei 138/89, de 28 de abril, relativo ao regime jurídico de proteção do relevo natural, solo arável e revestimento vegetal (aquele diploma legal foi mantido em vigor pelo n.º 2 do artigo 3º da Lei 12/2012, de 13 março);-----

9. As competências previstas no Decreto-Lei 309/2002, de 28 de dezembro, que estabelece as disposições aplicáveis à manutenção e inspeção de meios mecânicos de elevação, nomeadamente as competências previstas nos artigos 7º e 26º desse diploma legal.-----

10. Realizar Vistorias, no que se refere aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, nos casos e nos termos legalmente previstos, e executar, de forma exclusiva ou participada, a atividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos.-----

11. A competência para o exercício da atividade fiscalizadora para assegurar o cumprimento de obrigações legalmente previstas no âmbito das atribuições do município e sempre que esta competência esteja atribuída por lei à câmara municipal, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades.----

III. EM MATÉRIA DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS PÚBLICAS E DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA (Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações subsequentes).-----

1. Praticar os atos a seguir referidos, cuja estimativa / preço base / preço contratual do valor global do respetivo contrato seja superior a 149.639,37 € (30.0000 contos) e inferior ou igual a 748.196,85 € (150.000 contos);-----

a) Autorizar despesas inerentes aos contratos a celebrar, abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos;-----

b) Tomar a decisão de contratar prevista no n.º 1 do artigo 36º do referido Código;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

18

- c) Aprovar as peças dos procedimentos de formação dos contratos;-----
- d) Decidir sobre a escolha do procedimento de formação de contratos;-----
- e) Designar o júri do procedimento, nos termos previstos no artigo 67º do mesmo Código, e designar peritos ou consultores para o apoiarem, de harmonia com o previsto no n.º 6 do artigo 68º;-----
- f) Proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 50º;-----
- g) Pronunciar-se sobre os erros e as omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados nos termos do n.º 5 do artigo 61º;-----
- h) Decidir prorrogações do prazo fixado para apresentação das propostas, de harmonia com o previsto no n.º 4 do artigo 64º e nos termos legalmente previstos;-
- i) Decidir sobre a classificação de documentos, nos termos previstos no artigo 66º, e promover a respetiva desclassificação, nos termos da mesma norma legal;-----
- j) Tomar a decisão de adjudicação prevista no artigo 73º, ou tomar a decisão de não adjudicação, nos termos legalmente previstos;-----
- k) Notificar o adjudicatário para os efeitos previsto no n.º 2 do artigo 77º;-----
- l) Nos procedimentos por ajuste direto, tomar a decisão prevista no n.º 1 do artigo 126º - exigir ao adjudicatário a apresentação de documentos de habilitação;-----
- m) Notificar os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do artigo 85º do mesmo Código;-----
- n) Tomar a decisão de considerar que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo, nos termos do n.º 2 do artigo 71º e para os efeitos aí referidos;-----
- o) Aprovar as minutas dos respetivos contratos, notificá-las aos adjudicatários e decidir as reclamações apresentadas sobre as minutas dos contratos, tudo nos termos dos artigos 98º e seguintes do referido Código;-----
- p) Prorrogar o prazo fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades, nos termos previstos no artigo 92º;-----
- q) Comunicar ao adjudicatário a data, hora e local em ocorrerá a outorga do contrato, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 104º;-----
- r) Declarar a caducidade da adjudicação, nos termos previstos nos artigos 86º, 91º, 93º e 105º e adjudicar a proposta ordenada em segundo lugar;-----
- s) A competência para autorizar a dispensa de redução do contrato a escrito, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 96º;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

19

t) Autorizar o pagamento de adiantamentos de preço, em casos excecionais, nos termos do n.º 3 do artigo 292º;-----

u) A competência prevista no n.º 1 do artigo 371º para ordenar ao empreiteiro a execução de trabalhos a mais, nos casos e termos legalmente previstos;-----

v) A competência prevista no n.º 3 do artigo 373º para se pronunciar sobre a proposta do empreiteiro relativa a trabalhos a mais que estejam nas condições previstas na alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo 373º;-----

w) A competência para ordenar ao empreiteiro a execução de todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos legalmente previstos;-----

x) A competência para se pronunciar sobre a proposta do empreiteiro relativa ao preço dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos legalmente previstos;-----

2. Praticar os atos a seguir referidos, no âmbito da execução dos contratos plenamente eficazes, relativamente a todos os contratos cujo valor caiba originariamente na competência da câmara para autorizar a despesa:-----

a) Autorizar a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos previstos nos artigos 316º e seguintes;-----

b) Considerar perdida a favor do município a caução prestada pelo adjudicatário, nos termos legalmente previstos;-----

c) Promover a liberação da caução, nos termos legalmente previstos;-----

d) Efetuar adiantamentos de preço por conta das prestações a realizar, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 292º;-----

e) Exercer os poderes do contraente público previstos no artigo 302º do mesmo Código, nos termos legalmente previstos, com exceção dos poderes de modificação, resolução ou revogação do contrato quando o respetivo valor for igual ou superior a 748.196,85 € (150.000 contos), casos em que a competência para a prática dos respetivos atos administrativos cabe à câmara municipal;-----

f) Decidir reclamações apresentadas pelo empreiteiro, nos termos do artigo 345º;--

g) A competência para a aprovação do plano de trabalhos ajustado, nos termos do artigo 361º;-----

h) A competência para a aprovação do plano de segurança e saúde;-----

i) Ordenar ou autorizar a suspensão da execução dos trabalhos, nos termos legalmente previstos;-----

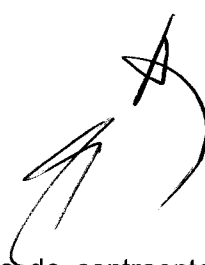
j) Ordenar ao empreiteiro que deixe de executar quaisquer trabalhos previstos no contrato, nos termos legalmente previstos;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

20



k) A competência para tomar todas as demais decisões do contraente público previstas no referido Código no decurso da execução dos contratos.-----

3 - A competência para autorizar outras despesas orçamentadas (previstas no Orçamento da Despesa ou no Plano de Atividades Municipais aprovados pela assembleia municipal), até ao limite de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros).-----

IV - NO ÂMBITO DE COMPETÊNCIAS ATRIBUÍDAS POR REGULAMENTOS MUNICIPAIS:-----

1. Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e outras Receitas Municipais:-----

a) A competência para reconhecer a existência de isenção do pagamento de taxas, nas situações previstas no n.º 1 do artigo 15º do referido regulamento;-----

b) A competência para decidir os pedidos de isenção e redução de taxas nos casos previstos no n.º 2 do mesmo artigo 15º.-----

2. Regulamento da Taxa pela realização de Infraestruturas Urbanísticas:-----

a) Reconhecer a isenção do pagamento da Taxa Municipal de Urbanização (TMU) nos casos previstos no n.º 1 do artigo 3º do referido regulamento;-----

b) Decidir os pedidos de isenção ou de redução de TMU, nos casos previstos nas alíneas b) e c) do artigo 3º do mesmo regulamento.-----

3. Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação:-----

a) Decidir sobre a Compensação Urbanística, nos termos dos artigos 22º e seguintes do referido regulamento, nomeadamente:-----

a.1) Reconhecer que se encontram preenchidas as condições definidas no n.º 4 do artigo 23º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, para efeitos de substituição das áreas de cedência por compensação monetária, ou espécie;-----

a.2) Aprovar o valor da compensação a pagar, calculada nos termos do referido Regulamento;-----

a.3) Definir e aprovar a compensação em espécie, nos termos do mesmo Regulamento;-----

a.4) Reconhecer a isenção do pagamento da compensação, nos termos regulamentarmente previstos;-----

a.5) Aprovar o valor a atribuir a bens imóveis do requerente, para efeitos de prestação de caução mediante hipoteca.-----

4. Regulamento do Plano Diretor Municipal:-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

21



- a) Definir a localização e repartição das áreas de espaços verdes e de utilização coletiva e para equipamentos ou a sua afetação na totalidade a um desses espaços, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 23º do referido regulamento;---
- b) Determinar a integração dos lugares de estacionamento no domínio público, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 25º do referido regulamento;-----
- c) Determinar o número adicional de lugares de estacionamento nos termos previstos no n.º 6 do artigo 25º do mesmo regulamento.-----

5. Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso-----

- a) Decidir os pedidos de cedência de utilização regular e pontual das instalações, nos termos regulamentarmente previstos;-----
- b) Exercer o direito de utilizar as instalações para eventos promovidos ou apoiados pelo município, nos termos do n.º 8 do ponto III do referido Regulamento;-----
- c) Decidir o cancelamento da autorização de utilização das instalações, nos casos previstos no ponto V do mesmo Regulamento;-----
- d) Reconhecer a isenção e redução do pagamento de preços pela utilização das instalações desportivas, nos casos previstos no ponto VII do referido Regulamento, bem como no n.º 1 do capítulo X do mesmo regulamento;-----
- e) Autorizar os pedidos de utilização das instalações com transmissão televisiva;--
- f) Autorizar a exploração de publicidade nas instalações do Complexo Desportivo Municipal;-----
- g) Autorizar a utilização das instalações do Complexo Desportivo para atividades não desportivas;-----
- h) Praticar todos os demais atos necessários à gestão das instalações do Complexo Desportivo Municipal, nos termos previstos no referido Regulamento.---

6. Regulamento dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços:-----

- a) A competência prevista no artigo 3º do referido Regulamento, para alargar, restringir ou reduzir o horário de funcionamento dos estabelecimentos, nos casos e nos termos previstos no referido artigo.-----

7. Regulamento dos Cemitérios Municipais de Santo Tirso e S. Bartolomeu de Fontiscos:-----

- a) Autorizar a inumação de cadáveres em locais especiais, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 9º do referido Regulamento e nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

22



b) A competência prevista no n.º 1 do artigo 58º do mesmo Regulamento, para declarar a prescrição de jazigos e sepulturas abandonadas, nos casos e nos termos previstos naquele Regulamento.-----

8. Regulamento do subsídio ao arrendamento:-----

a) A competência prevista no artigo 8º do referido Regulamento, para decidir os pedidos de concessão de subsídio ao arrendamento, bem como as suas renovações anuais, nos termos previstos no respetivo Regulamento;-----

b) A competência prevista no n.º 4 do artigo 11º do mesmo Regulamento, para declarar a cessação da atribuição do subsídio ao arrendamento;-----

c) A competência prevista nos n.ºs 1 e 3 do artigo 13º do mesmo Regulamento, para atribuição de casos especiais de subsidio.-----

9. Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Santo Tirso:-----

a) Ordenar a remoção dos veículos em estacionamento abusivo ou de modo a constituírem evidente perigo, ou grave perturbação para o trânsito, de harmonia com o previsto no nº 1 do artigo 3º do referido Regulamento e nos demais termos legais;-----

b) Ordenar a suspensão ou condicionamento do trânsito, de harmonia com o previsto no artigo 5º do referido Regulamento e nos demais termos legais;-----

c) Reservar, nos parques e zonas destinadas ao estacionamento, áreas destinadas ao estacionamento de viaturas ao serviço de deficientes motores;-----

d) Decidir afetar os parques ou locais de estacionamento a veículos de certa espécie ou de determinados serviços de interesse público;-----

e) Conceder autorizações especiais de circulação e permanência de viaturas em zonas reservadas a peões, de harmonia com o previsto no artigo 17º do referido regulamento;-----

f) Autorizar, eventualmente, situações previstas no artigo 21º, de harmonia com o previsto no n.º 2 desse artigo, no termos legal e regulamentarmente estabelecidos;-----

g) Autorizar operações de carga e descarga em condições diferentes das previstas no artigo 22º, de harmonia com o previsto no n.º 5 do mesmo artigo;-----

h) Autorizar as ocupações previstas no n.º 1.1 do artigo 30º, de harmonia com o previsto no ponto 1.3 do mesmo artigo;-----

10. Regulamento para instalação de estabelecimentos na Estação de Camionagem:-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

23

a) Decidir qual o procedimento a adotar com vista à adjudicação do direito de ocupação dos locais da Estação de Camionagem suscetíveis de utilização para fins comerciais ou serviços, nos termos previstos no n.º 2 do referido Regulamento;-----

b) Aprovar a finalidade proposta pelos interessados, nos termos previstos no n.º 3 do referido Regulamento;-----

c) Adjudicar o direito de ocupação dos referidos locais, nos termos previstos no referido Regulamento;-----

d) Declarar a caducidade do direito de ocupação das lojas, nos termos regulamentarmente previstos;-----

e) Autorizar a cedência do local, nos termos previstos no n.º 10 do mesmo regulamento.-----

11. Regulamento da Central de Transportes de Santo Tirso:-----

a) Fixação e alteração do horário de abertura e encerramento da Central, nos termos previstos no artigo 4º do referido regulamento;-----

b) Adjudicação do direito de ocupação dos escritórios, conforme previsto no artigo 20º;-----

c) Fixação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais ou de serviços, instalados na Central de Transportes.-----

12. Regulamento do Mercado Municipal:-----

a) Adjudicar o direito de ocupação das lojas ou postos de venda do Mercado Municipal, com base no valor que resultar da licitação em hasta pública, ou da negociação direta, consoante os casos, e nos demais termos legal e regulamentarmente previstos.-----

V. OUTRAS COMPETÊNCIAS.-----

a) Autorizar transferências correntes ou de capital, para os serviços municipalizados ou para a Associação de Municípios de Vale do Ave nos termos dos respetivos instrumentos de gestão.-----

b) Autorizar a realização na via pública de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal de peões e veículos, e autorizar a suspensão ou condicionamento do trânsito nos troços das respetivas vias, nos termos previstos no Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----

c) Decidir a suspensão ou condicionamento do trânsito nas vias sob a jurisdição do município, de harmonia com o previsto no artigo 9º do Código da Estrada.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

24

7

A

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

- d) Adotar as medidas que considere adequadas, quanto às vias sob jurisdição municipal, designadamente no que se refere a sinalização.-----
- e) Aprovar o relatório técnico e as obras a realizar bem como a comparticipação camarária no âmbito das candidaturas ao Programa RECRIA (Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados) e aprovar o orçamento das obras a realizar ao abrigo do Programa de Apoio Financeiro Especial para realização de obras de recuperação de fogos desocupados e destinados a arrendamento com renda condicionada e para apoio a famílias carenciadas para realização de obras na sua habitação própria e permanente, designado por SOLARH, regulados, respetivamente, pelos Decretos – Lei n.º 329-C/2000, de 22 de dezembro e 39/2001, de 9 de fevereiro.-----



3. EMPREITADA: "CENTRO ESCOLAR DA ERMIDA – AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR – S. CRISTINA DO COUTO": ADJUDICAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS E TRABALHOS PARA SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES DO PROJETO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente informação do Departamento de Obras Municipais, de quinze de janeiro último, registada com o número dois mil e oito, sobre a necessidade de execução de trabalhos a mais na empreitada acima identificada, cujo contrato foi celebrado em vinte e três de janeiro de dois mil e doze, no valor de 14.821,58 € (catorze mil oitocentos e vinte e um euros e cinquenta e oito cêntimos).

Mais informam sobre a necessidade de execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões do projeto, no valor global de 28.275,66 € (vinte e oito mil duzentos e setenta e cinco euros e sessenta e seis cêntimos), sendo que a câmara municipal apenas é responsável pelo pagamento da quantia de 25.331,23 € (vinte e cinco mil trezentos e trinta e um euros e vinte e três cêntimos).-----

Foram ainda suprimidos trabalhos ao contrato inicial no valor de 4.154,98 € (quatro mil cento e cinquenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos).-----

Pelo que, o custo adicional da empreitada é de 35.997,83 € (trinta e cinco mil novecentos e noventa e sete euros e oitenta e três cêntimos), mais IVA.-----

O preço inicial da empreitada, adjudicada por deliberação da câmara municipal de vinte e dois de dezembro de dois mil e onze, foi de 800.110,85 € (oitocentos mil cento e dez euros e oitenta e cinco cêntimos).-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de vinte e um de fevereiro findo que homologou a execução dos aludidos trabalhos.-----

O compromisso inerente ao custo adicional daqueles trabalhos está registado no sistema de contabilidade com o número 341/2014, de quatro de fevereiro findo.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.-----



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4. PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL ABADÉ PEDROSA / MUSEU INTERNACIONAL DE ESCULTURA CONTEMPORÂNEA AO AR LIVRE: APROVAÇÃO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente informação da diretora do departamento de planeamento e ambiente, de catorze de fevereiro findo, registada com o número dois mil e sete, a analisar o Projeto de Execução da Requalificação do Museu Municipal Abade Pedrosa e a propor a aprovação do mesmo.-----

O valor estimado para intervenção é de 1.140.430,88 € (um milhão cento e quarenta mil quatrocentos e trinta euros e oitenta e oito cêntimos), mais IVA.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de catorze de fevereiro findo que, ao abrigo da competência excecional prevista no n.º 3 do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decidiu aprovar o referido Projeto.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.-----

[Large diagonal line crossing the bottom half of the page, likely a placeholder for a signature or stamp.]



**5. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O FUTEBOL CLUBE
TIRSENSE: ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA: RATIFICAÇÃO.-----**

Presente o Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo celebrado com o Futebol Clube Tirsense no dia treze de fevereiro findo, cuja minuta foi aprovada pela câmara municipal em reunião do dia quatro do mesmo mês.-----

Foi alterada a redação do n.º 2 da cláusula terceira do contrato programa, relativa ao modo de realização da comparticipação financeira do município.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar as alterações introduzidas ao contrato.-----



6. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS (2ª E 3ª ALTERAÇÕES): RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 24/04/2013.-----

Presente informação do departamento administrativo e financeiro, de catorze de fevereiro findo, registada com o número dois mil cento e trinta e oito, a comunicar que na deliberação da câmara municipal de vinte e quatro de abril de dois mil e treze (item doze da respetiva ata), embora fazendo referência às deliberações de vinte e três de janeiro e vinte e um de fevereiro de dois mil e treze, pelas quais foram aprovados os projetos de 2ª e 3ª alterações ao referido Regulamento, apenas reproduziu, por lapso, manifesto e notório, as alterações inerentes à 3ª alteração ao regulamento.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo do disposto no artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo, e com fundamento na aludida informação, deliberasse retificar a aludida deliberação da câmara municipal, nos seguintes termos:-----

Onde se lê:-----

“A) Alteração do artigo 38º do aludido regulamento, que passa a ficar com a seguinte redação:

“Artigo 38º

(...)

1 – (anterior corpo do artigo)

2- Excetua-se do disposto no número anterior, o preço por hora do estacionamento em zona de estacionamento de duração limitada, cuja atualização será efetuada por deliberação da câmara municipal.

B) Alteração da Tabela de Taxas anexa àquele regulamento (anexo I), cuja versão consolidada se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma composto por catorze folhas, todas rubricadas pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.



C) *Alteração do artigo 41º do capítulo VIII da Tabela de Preços anexa àquele regulamento (anexo IV), que passa a ter a seguinte redação:*

“Anexo IV

Capítulo VIII

(...)

41 – (...) – 0,40 €”

Passe a ler-se:

No âmbito da 2ª alteração ao Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

A) Aprovar as alterações ao regulamento e à Tabela de Preços, nos termos constantes do documento que se junta à ata da presente reunião, constituindo o Anexo A da mesma.-----

No âmbito da 3ª alteração ao Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

B) Aprovar as alterações ao Regulamento, à Tabela de Taxas e Tabela de Preços, nos termos constantes do documento que igualmente se junta à ata da presente reunião, constituindo os Anexos B1, B2 e B3.-----

C) Aprovar a republicação do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, com as correções materiais decorrentes daquelas alterações, que anexa à presente ata e constituiu o anexo I da mesma.-----

D) Solicitar à Assembleia Municipal a retificação da respetiva deliberação de trinta de abril de dois mil e treze (item 12) nos termos da presente deliberação.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

30

ANEXO A

2.^a ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

“Artigo 38.º

(...)

1 – (anterior corpo do artigo).

2 – *Excetua-se do disposto no número anterior, o preço por hora do estacionamento em zona de estacionamento de duração limitada, cuja atualização será efetuada por deliberação da câmara municipal.”*

ALTERAÇÃO À TABELA DE PREÇOS (ANEXO IV DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS)

“(…)

Capítulo VIII

(...)

41 – (...) – 0,40 €”



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

31



ANEXO B1

3.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

1 – É alterada a redação dos artigos 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 9.º, 15.º, 18.º, 20.º, 27.º, 30.º, 46.º (anterior 36.º), 48.º (anterior 38.º) e 49.º (anterior 39.º) do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas, os quais passam a ter a redação que a seguir se indica e são renumerados o anterior capítulo VII e seguintes, bem como os respetivos artigos:

“Artigo 2.º

(...)

1 – ... de taxas e outras receitas do Município

2 – (...)

Artigo 4.º

(...)

1 – (...)

2 – ..., autarquias locais, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º, os fundos ...

Artigo 5.º

(...)

1 - Os valores das taxas previstos na referida Tabela, serão atualizados automática e anualmente, no dia 1 de janeiro de cada ano, por aplicação da taxa de variação homóloga do índice de preços no consumidor do mês de novembro, com exceção da habitação, excetuando-se a taxa relativa à emissão de certificado de registo de cidadão da União Europeia, que será atualizada em função dos valores fixados na Portaria prevista no n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto.

2 – (...)

3 – (...)

4 – (...)



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

32



Artigo 6.º

(...)

1- ..., *que podem ser confirmados pelos serviços.*

2 – (...)

3 - *O comportamento doloso, no fornecimento de elementos pelos interessados para liquidação das taxas, que ocasione a cobrança de importâncias inferiores às efetivamente devidas, determina, sem prejuízo da liquidação adicional, a respetiva participação criminal.*

Artigo 9.º

(...)

1 – (...)

2 – ... *designar-se-á por fatura ou fatura simplificada, recibo ou guia de receita e será feita menção ao referido documento no respetivo processo administrativo.*

3 – (...)

Artigo 15.º

(...)

1 – (...)

a) (...)

b) *As freguesias do concelho de Santo Tirso, no que respeita ao exercício das atividades inerentes às suas atribuições;*

c) *Anterior alínea b);*

d) *Anterior alínea c);*

e) *Os primeiros adquirentes de lotes destinados à construção de habitação própria, atribuídos conforme regulamento aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de janeiro de 1989 e alterado por deliberação do mesmo órgão em 12 de maio de 1994.*

2 – (...)

a) (...);

b) (...);

c) (...);

d) (...);



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

33



e) Os promotores da construção de habitação a custos controlados, no âmbito dos contratos de desenvolvimento para habitação, devidamente comprovados pelo IHRU- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP;

f) Os promotores de construções destinadas a atividades que sejam reconhecidas, pela Câmara Municipal, como de especial interesse social, cultural ou económico.

3 – Poderão beneficiar de redução de taxas até 50%:

a) Os promotores de obras no âmbito do Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados, abreviadamente designado por RECRIA;

b) Os promotores de obras no âmbito do Programa de Apoio Financeiro para Realização de Obras em Habitação Própria Permanente, abreviadamente designado por SOLARH;

c) Os promotores de obras nas partes comuns e nas frações autónomas de prédios urbanos em regime de propriedade horizontal, ao abrigo do Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal, abreviadamente designado por RECRIPH.

4 – Anterior n.º 3.

5 – Anterior n.º 4.

6 – Anterior n.º 5.

7 – Anterior n.º 6.

8 – Anterior n.º 7.

9 – Anterior n.º 8.

Artigo 18.º

(...)

1 – Compete ao Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação nos vereadores das áreas de gestão respetivas, ...

2 – (...).

3 – (...).

4 - O deferimento do pagamento em prestações do valor das taxas inerentes à realização de operações urbanísticas está sujeito às seguintes condições:

a) O valor da taxa a pagar terá de ser superior a €400 (quatrocentos euros);



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

34

b) No ato de levantamento do comprovativo de admissão da comunicação prévia ou do alvará de licença deverá ser paga a quantia mínima de 20% do valor total da taxa a pagar;

c) O número de prestações e a sua periodicidade será decidida caso a caso, mediante proposta do interessado, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação nos vereadores.

5 – (...).

6 – (...).

7 – (...).

Artigo 20.º

(...)

1- (...)

2 - ... licenciamento, autorização ou comunicação municipal, nos casos ...

3 – (...)

Artigo 27.º

(...)

1 – (...).

2 – (...).

3 - O disposto no nº 1 do presente artigo não prejudica a aplicação de outras disposições legais específicas, constantes de outros regulamentos municipais.

Artigo 30.º

(...)

Sem prejuízo do estabelecido em legislação específica, (...).

CAPÍTULO VIII (Anterior Capítulo VII)

CONTRAORDENAÇÕES

Artigo 41.º (anterior artigo 31.º)

CAPÍTULO IX (Anterior Capítulo VIII)



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

35

GARANTIAS FISCAIS

Artigo 42.º (anterior 32.º)

CAPÍTULO X (Anterior Capítulo IX)

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 43.º (anterior artigo 33.º)

Artigo 44.º (anterior artigo 34.º)

Artigo 45.º (anterior artigo 35.º)

Artigo 46.º (anterior artigo 36.º)

(...)

1 – (...).

2 - Em casos de dúvidas na aplicação do regulamento deverá optar-se pela solução mais favorável ao interessado.

Artigo 47.º (anterior artigo 37.º)

Artigo 48.º (anterior artigo 38.º)

1 – (...).

2 – ... de duração limitada, e os preços do Complexo Desportivo Municipal, cujas atualizações serão efetuadas por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 49º

Norma revogatória

1 – São revogados os seguintes regulamentos municipais:

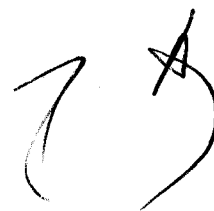
- a) Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Diversas da Câmara Municipal;*
- b) Regulamento e Tabela de Taxas e licenças dos SMAES;*
- c) Regulamento de Taxas de Obras Particulares e Loteamentos e Tabela de Taxas anexa da Câmara Municipal de Santo Tirso.*



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

36



2 - Qualquer referência às taxas previstas no referido regulamento ou às taxas previstas nas tabelas anexas a outros regulamentos municipais deve ser entendida como efetuada para o presente Regulamento e Tabela de Taxas anexa.

Artigo 50.º (anterior artigo 40.º)."

2 – Foi aditado o Capítulo VII – Obras Particulares e Loteamentos.

"CAPÍTULO VII

OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS

SECÇÃO I

OBRAS DE EDIFICAÇÃO E DEMOLIÇÃO

Artigo 31.º

Apreciação do processo

1 - A apreciação de requerimentos de informação prévia, comunicação prévia e de licença ou autorização está sujeita ao pagamento de taxa a efetuar aquando da entrada do respetivo processo na Câmara Municipal, que é estipulada em função do tipo e dimensão da obra a executar.

2 - As taxas referidas no número anterior são aplicáveis aos aditamentos para alteração ou ampliação de projetos, exceto se estes decorrerem exclusivamente de sugestões da Câmara Municipal para adequação a projetos municipais e a estudos urbanísticos.

3 - Pela apreciação de novos pedidos de comunicação prévia ou licença, sem alterações do projeto, de processos cuja licença, autorização ou comunicação prévia tenha caducado, será cobrada taxa no valor de 50% da taxa prevista no número anterior.

Artigo 32.º

Licença de construção ou admissão de comunicação prévia



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

37

- 1 - As taxas pelas licenças de construção e admissão de comunicações prévias são cobradas por escalões e calculadas em função do valor da obra previsto nas estimativas orçamentais, a confirmar pelos serviços técnicos camarários.
- 2 - Para estimativa do valor das obras, os serviços usarão critérios uniformes, baseados, sempre que possível, em tabelas ou estatísticas oficiais e, na sua falta, em dados fornecidos pela Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas do Norte.
- 3 - As taxas referidas no nº 1 do presente artigo são também aplicáveis, com redução de 50%, às obras cuja execução seja legitimamente imposta pela Câmara Municipal.
- 4 - A cada construção, ainda que formando banda contínua com outra ou outras, corresponderá uma licença ou documento comprovativo da admissão da comunicação prévia, salvo a inviabilidade de apreciação em separado.
- 5 - No caso de pedido de ampliação ou de alteração do projeto, após a emissão do alvará de construção ou admissão da comunicação prévia e antes da emissão do alvará de utilização, a taxa deverá ser calculada em função da área a ampliar ou a alterar, exceto no caso de se verificar alteração do escalão da taxa anteriormente paga, em que deverá ser cobrada a diferença entre os dois escalões calculada com base nos valores em vigor no ato da cobrança.
- 6 - O valor da taxa pela emissão de nova licença ou admissão de comunicação prévia para renovação de licença, autorização ou comunicação prévia que haja caducado, é calculado relativamente às obras que faltam executar, mediante estimativa a apresentar pelo requerente e a confirmar pelos serviços municipais.
- 7 - A emissão do alvará da licença parcial para a estrutura da construção prevista no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação está sujeita ao pagamento da taxa definida no nº 1 do presente artigo, não havendo lugar à liquidação da mesma aquando da emissão do alvará de licença de construção para a globalidade da obra.
- 8 - São aplicáveis no caso de deferimento tácito, as taxas previstas para o deferimento expresso.

Artigo 33.º



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

38



Prazo da licença, autorização ou da comunicação prévia e sua prorrogação

1 - Para efeitos do disposto no nº 2 do artigo 53º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, o prazo máximo admitido para a realização de obras é de dois anos, salvo nos casos devidamente justificados.

2 - A 2ª prorrogação do prazo da licença ou da comunicação prévia para conclusão das obras na fase de acabamentos está sujeita ao pagamento de um adicional à taxa prevista no nº 1 do artigo 32º, correspondente a 2% do valor daquela, por cada mês a mais.

Artigo 34º

Licença especial para conclusão de obra inacabada

À concessão das licenças ou comunicações prévias especiais para conclusão de obras inacabadas, será aplicada taxa no valor de 50% da taxa prevista no nº 6 do artigo 32º.

Artigo 35º

Autorização de utilização

1 - As taxas devidas pela autorização de utilização ou pela sua alteração serão, liquidadas em função da utilização prevista para os edifícios e da sua dimensão.

2 - Nos prédios onde esteja prevista mais do que uma utilização, haverá lugar à cobrança das taxas correspondentes a cada um dos fins.

3 - São aplicáveis no caso do deferimento tácito, as taxas previstas para o deferimento expresso.

SECÇÃO II

OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO, OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REMODELAÇÃO DE TERRENOS

Artigo 36º

Apreciação do processo



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

39



1 - A apreciação de requerimentos de informação prévia e de controlo prévio para realização de operações de loteamento, obras de urbanização e remodelação de terrenos, está sujeita ao pagamento de taxa a efetuar aquando da entrada do respetivo processo na Câmara Municipal, sendo estipulada em função da dimensão da obra e da ocupação proposta.

2 - As taxas referidas no número anterior são aplicáveis aos aditamentos para a alteração ou ampliação de projetos em fase de apreciação, sendo cobradas em função do número de unidades alteradas ou a mais.

3 - Pela apreciação de pedidos de controlo prévio sem alterações do projeto, de processos cuja licença, autorização ou comunicação prévia tenha caducado, será cobrada taxa no valor de 50% da taxa prevista no nº 1 do presente artigo.

Artigo 37º

Comunicação prévia e licença de operação de loteamento, obras de urbanização ou remodelação de terrenos

1 - A comunicação prévia e licença para realização de operações de loteamento, obras de urbanização e remodelação de terrenos, está sujeita ao pagamento de taxa, a efetuar aquando da emissão do documento comprovativo da admissão da comunicação prévia ou do alvará, sendo estipulada em função da dimensão da obra.

2 - São aplicáveis no caso de deferimento tácito, as taxas previstas para o deferimento expresso.

Artigo 38º

Prazo da comunicação prévia ou licença e sua prorrogação

1 - Para efeitos do disposto no nº 2 do artigo 53º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, o prazo máximo admitido para a realização de obras é de dois anos, salvo nos casos devidamente justificados.

2 - A 2ª prorrogação do prazo da comunicação prévia ou licença para conclusão das obras na fase de acabamentos está sujeita ao pagamento de um adicional à taxa prevista no artigo 37º, correspondente a 5% do valor daquela, por cada mês a mais.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

40

SECÇÃO III

SERVIÇOS DIVERSOS

Artigo 39º

Vistorias

- 1 - À taxa prevista no Anexo I do presente regulamento referente à realização de vistorias para efeitos de emissão de autorização de utilização, receção de obras de urbanização ou redução de caução e de vistorias de segurança, de salubridade, para verificação das condições de habitabilidade ou outras previstas em legislação específica ou inspeções ao local, acrescerá a importância legalmente fixada pela participação de peritos nomeados por outros organismos que, nos termos da lei, devam participar na Comissão de Vistorias.
- 2 - Sempre que para o andamento dos processos seja obrigatória, nos termos da lei, a realização de vistoria, a mesma será efetuada, mesmo que não tenha sido expressamente requerida.
- 3 - As vistorias só serão realizadas depois de pagas as taxas correspondentes, exceto em situações de risco iminente de desmoronamento ou grave perigo para a saúde pública nos termos da legislação aplicável.
- 4 - Não se realizando a vistoria por motivo imputável ao interessado será devido o pagamento de nova taxa.

SECÇÃO IV

SERVIÇOS ESPECIAIS

Artigo 40º

Atividade industrial

- 1 - Os atos relativos à instalação e exploração estabelecimentos industriais, definidos em legislação específica, estão sujeitas ao pagamento das taxas previstas no Anexo I do presente regulamento, sem prejuízo da aplicação de outras taxas legalmente fixadas devidas pela participação de entidades e das previstas neste regulamento para as ações definidas no âmbito do regime jurídico da urbanização e da edificação.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

41

2 - Ao valor fixado para os atos de vistoria acresce o montante destinado a entidades públicas da administração central que nelas intervenham, calculado nos termos do Anexo V do DL 169/2012, de 1 de agosto, tendo a seguinte distribuição, de acordo com o n.º 2 do artigo 81º do referido Decreto - Lei:

- a) 5% para a entidade responsável pela administração do "Balcão do Empreendedor";*
- b) O valor remanescente a repartir em partes iguais pelas entidades públicas da administração central que participem na vistoria."*



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO B2

42

ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

1- São aditados à Tabela de Taxas os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 25.º, 27.º, 28.º, 29.º, 47.º, 111.º, 112.º, 113.º e 114.º, a seguir discriminados:

Capítulo I Taxas Diversas

Artigo 1	Acesso mediado a plataformas eletrónicas, designadamente ao Balcão do Empreendedor (BdE) não especialmente contemplados na tabela	5,00€
2	Apreciação dos elementos instrutórios submetidos via BdE relativos a meras comunicações prévias não especialmente contemplados na tabela	12,86 €
3	Reapreciação dos elementos instrutórios submetidos via BdE relativos a meras comunicações prévias quando reenviados na sequência de notificação eletrónica para suprir lacunas ou não conformidades não especialmente contemplados na tabela (...)	12,86 €

CAPÍTULO IV PUBLICIDADE

25	Averbamento do titular do processo ou da alteração da mensagem publicitária (...)	12,01€
----	--	--------

CAPÍTULO V OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

27	Apreciação dos elementos instrutórios submetidos via BdE relativos a meras comunicações prévias	12,86 €
28	Reapreciação dos elementos instrutórios submetidos via BdE relativos a meras comunicações prévias quando reenviados na sequência de notificação eletrónica para suprir lacunas ou não conformidades	12,86 €
29	Apreciação de processos submetidos via BdE relativos a comunicações prévias com prazo, no âmbito do Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 de abril (...)	12,86 €
47	Remoção de ocupações indevidas do espaço público (...)	107,10 €

CAPÍTULO XVII OBRAS PARTICULARES

(...) Secção III – Pedidos diversos (...)

111	Apreciação dos elementos instrutórios submetidos via BdE relativos a meras comunicações prévias para a instalação ou modificação de um estabelecimento abrangido pelos n.ºs 1 a 3 do art. 2º do DL n.º 48/2011,	50,00 €
112	Reapreciação dos elementos instrutórios submetidos via BdE relativos a meras comunicações prévias para a instalação ou modificação de um estabelecimento abrangido pelos n.ºs 1 a 3 do art. 2º do DL n.º 48/2011, quando reenviados na sequência de notificação eletrónica para suprir lacunas ou não conformidades	50,00 €
113	Apreciação de processos submetidos via BdE relativos a comunicações prévias com prazo para a instalação ou modificação de um estabelecimento abrangido pelos n.ºs 1 a 3 do art. 2º do DL n.º 48/2011, quando depender de dispensa prévia de requisitos legais ou regulamentares aplicáveis às instalações, aos equipamentos e ao funcionamento das atividades económicas a exercer no estabelecimento	50,00 €
114	Apreciação de processos submetidos via BdE relativos a comunicações prévias com prazo para a prestação de serviços de	



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

43

	restauração ou de bebidas com carácter não sedentário abrangidos pelo n.º 1 do art. 6º do DL n.º 48/2011	
1	Em unidades móveis ou amovíveis localizadas em feiras ou em espaços públicos autorizados para o exercício de venda ambulante, por evento	50,00 €
2	Em unidades móveis ou amovíveis localizadas em espaços públicos ou privados de acesso público, por evento	50,00 €
3	Em instalações fixas nas quais ocorram menos de 10 eventos anuais, por evento	50,00 €

2 – É alterada a redação dos artigos 15.º (anterior 12), n.º 1 do art. 16.º (anterior 13.º), 18.º (anterior 15.º), 20.º (anterior 18.º), 21 (anterior 19.º), 30.º (anterior 24.º), 33.º (anterior 27.º), 34.º (anterior 28.º), 44.º (anterior 38.º), n.º 2 do art. 49.º (anterior 42.º), 53.º (anterior 46.º), 54.º (anterior 47.º), n.ºs 1, 2 e 3 do art. 62.º (anterior 55), n.ºs 1 e 2 do art. 63.º (anterior 56º), n.ºs 1 e 2 do art. 64.º (anterior 57º), 65.º (anterior 58.º), n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 66.º (anterior 59.º), 67.º (anterior 60.º), 68.º (anterior 63.º), 69.º (anterior 64.º), 70.º (anterior 65.º), 71.º (anterior 66.º), 72.º (anterior 67.º), 92.º (anterior 87.º), n.ºs 1 a 8 do artigo 123.º (anterior 115.º) e n.ºs 1 e 2 do art.º 133.º (anterior 125.º) do anexo I do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas, nos termos que a seguir se indica, procedendo-se, ainda, à respetiva renumeração, em consequência do aditamento referido no n.º 1.

CAPÍTULO I

TAXAS DIVERSAS

Artigo	
4	(...) (anterior artigo 1)
5	(anterior artigo 2)
6	(anterior artigo 3)
7	(anterior artigo 4)
8	(anterior artigo 5)
9	(anterior artigo 6)
10	(anterior artigo 7)
11	(anterior artigo 8)
12	(anterior artigo 9)



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

44

13 (anterior artigo 10)

CAPÍTULO II

VENDEDORES AMBULANTES

14 (anterior artigo 11)

CAPÍTULO III

(...) E CICLOMOTORES

15	Emissão de declarações comprovativas da titularidade de licença de condução ou de registo de ciclomotores e suas características	3,00€
----	--	-------

CAPÍTULO IV

PUBLICIDADE

16 (anterior artigo 13)

1 Campanhas de rua e veículos, exceto (...)

(...)

17 (anterior artigo 14)

18 Publicidade mensurável em unidade de medida quadrática, nomeadamente bandeiras, bandeiras, tabuletas, letras soltas ou símbolos, cartazes, telas ou lonas, outdoors, pendões, chapas, placas e mupis.

(...)

19 (anterior artigo 16)

20 Campanhas de rua por dia

21 Dispositivo aéreo cativo

(...)

22 (anterior artigo 20)

23 (anterior artigo 21)

24 (anterior artigo 22)



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

45
A

26 (anterior artigo 23)

CAPÍTULO V

OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

30 (...) de regime geral de licenciamento

31 (anterior artigo 25)

32 (anterior artigo 26)

33 Esplanada aberta (...)

34 Toldo e respetiva sanefa, estrado e guarda-ventos, vitrina e expositor, suporte publicitário, arcas e máquinas de gelados, brinquedos mecânicos e equipamentos similares, floreira e contentor para resíduos

(...)

35 (anterior artigo 29)

36 (anterior artigo 30)

37 (anterior artigo 31)

38 (anterior artigo 32)

39 (anterior artigo 33)

40 (anterior artigo 34)

41 (anterior artigo 35)

42 (anterior artigo 36)

43 (anterior artigo 37)

44 Rampas

1 De acesso para veículos 21,43 €

2 Para deficientes, por m2 ou fração e por ano 10,00€

45 (anterior artigo 39)



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

46
46

46 (anterior artigo 40)

(...)

CAPÍTULO VI

ALVARÁS SANITÁRIOS

48 (anterior artigo 41)

CAPÍTULO VII

HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

49 (...)

1 (...)

2 Acresce, por mês ou fração

a) 1ª hora 3,50 €

b) 2ª hora e seguintes 5,00€

CAPÍTULO VIII

LOJAS DO LARGO CORONEL BAPTISTA COELHO

50 (anterior artigo 43)

CAPÍTULO IX

(...) CAMIONAGEM

51 (anterior artigo 44)

52 (anterior artigo 45)

53 (anterior artigo 46)

1 (...) 155,52€

2 (...) 155,52€



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

47
A

3	(...)	155,52€
4	(...)	155,52€
5	(...)	155,52€
6	(...)	155,52€
7	(...)	150,80 €
8	(...)	188,50 €
9	(...)	183,80 €
54	(anterior artigo 47)	
1	(...)	387,26 €
2	(...)	775,39 €
3	(...)	173,39 €
4	(...)	135,38 €
5	(...)	135,38 €
6	(...)	184,22 €
7	(...)	193,64 €
8	(...)	358,15 €
9	(...)	232,20 €
10	(...)	193,64 €
11	(...)	193,64 €
12	(...)	193,64 €
13	(...)	348,89 €
14	(...)	213,35 €
15	(...)	164,51 €
16	(...)	155,09 €



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

48
A

17	(...)	155,09 €
18	(...)	164,51 €
19	(...)	77,11 €
20	(...)	96,83 €
21	(...)	155,09 €
22	(...)	232,20 €

CAPÍTULO X

ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA

55	(anterior artigo 48)
56	(anterior artigo 49)
57	(anterior artigo 50)

CAPÍTULO XI

INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE RECINTOS

58	(anterior artigo 51)
59	(anterior artigo 52)
60	(anterior artigo 53)

CAPÍTULO XII

TRANSPORTES DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE PASSAGEIROS

61	(anterior artigo 54)
----	----------------------

CAPÍTULO XIII

LICENCIAMENTO DE ACTIVIDADES DIVERSAS

62	(anterior artigo 55)
----	----------------------



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

49

1	(...) de exercício de atividade	
2	(...) de licença de exercício de atividade	
3	Emissão de segunda via de cartão identificativo	10,72 €
63	(anterior artigo 56)	
1	(...) de exercício de atividade	
2	Emissão de segunda via de cartão identificativo	10,72 €
3	<i>revogado</i>	
64	(anterior artigo 57)	
1	(...) de exercício de atividade	
2	Emissão de segunda via de cartão identificativo	10,72 €
3	<i>revogado</i>	
65	Emissão de licença para (...)	
66	Exploração de máquinas de diversão:	
1	(anterior n.º 4)	
2	Comunicação de alteração do proprietário, por cada máquina	53,56 €
3	Emissão de 2.ª Via do registo, por cada máquina	36,43 €
4	<i>revogado</i>	
5	<i>revogado</i>	
6	<i>revogado</i>	
67	(...)	
1	Emissão de licença para a realização de (...)	
2	Emissão de licença para a realização de (...)	
68	Emissão de (...)	
1	Para espetáculos de natureza desportiva, divertimentos públicos e lançamento de fogo	18,22 €



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

7 50
A

2	Para obras	
a)	Por dia	5,00€
b)	Por semana	20,00€
3)	Outras atividades, por evento	10,00€

CAPÍTULO XIV

MERCADOS E FEIRAS

69	(anterior artigo 64)	
1	(...)	458,38 €
2	(...)	458,38 €
3	(...)	18,86 €
4	(...)	18,86 €
5	(...)	18,86 €
6	(...)	18,86 €
7	(...)	18,86 €
8	(...)	18,86 €
9	(...)	18,86 €
10	(...)	18,86 €
11	(...)	18,86 €
12	(...)	18,86 €
13	(...)	18,86 €
14	(...)	18,86 €
15	(...)	18,86 €
16	(...)	18,86 €



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

SISTEMA CERTIFICADO



M.020GR

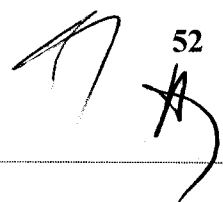
4 51 A

17	(...)	95,11 €
18	(...)	95,11 €
19	(...)	95,11 €
20	(...)	95,11 €
21	(...)	95,11 €
22	(...)	95,11 €
23	(...)	95,11 €
24	(...)	267,32 €
25	(...)	267,32 €
26	(...)	343,58 €
27	(...)	114,82€
28	(...)	267,32 €
29	(...)	171,36 €
30	(...)	171,36 €
31	(...)	343,58 €
32	(...)	267,32 €
33	(...)	267,32 €
34	(...)	152,51 €
35	(...)	228,77 €
36	(...)	228,77 €
37	(...)	152,51 €
38	(...)	114,82 €
39	(...)	114,82 €
40	(...)	38,56 €



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

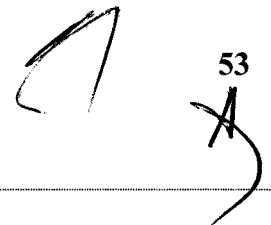


41	(...)	38,56 €
42	(...)	38,56 €
43	(...)	38,56 €
44	(...)	38,56 €
45	(...)	38,56 €
46	(...)	38,56 €
47	(...)	76,26 €
48	(...)	76,26 €
49	(...)	76,26 €
50	(...)	76,26 €
51	(...)	76,26 €
52	(...)	152,51 €
53	(...)	267,32 €
54	(...)	458,38 €
55	(...)	458,38 €
56	(...)	382,14 €
57	(...)	610,90 €
58	(...)	11,15 €
59	(...)	11,15 €
60	(...)	11,15 €
61	(...)	11,15 €
62	(...)	11,15 €
63	(...)	11,15 €
64	(...)	7,72 €



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



65	(...)	11,15 €
66	(...)	7,72 €
67	(...)	7,72 €
68	(...)	7,72 €
69	(...)	7,72 €
70	(...)	7,72 €
71	(...)	7,72 €
72	(...)	7,72 €
73	(...)	7,72 €
74	(...)	7,72 €
75	(...)	7,72 €
76	(...)	7,72 €
77	(...)	7,72 €
78	(...)	7,72 €
79	(...)	7,72 €
80	(...)	7,72 €
81	(...)	11,15 €
82	(...)	7,72 €
83	(...)	7,72 €
84	(...)	11,15 €
85	(...)	11,15 €
86	(...)	11,15 €
87	(...)	11,15 €
88	(...)	11,15 €



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

54

89	(...)	11,15 €
90	(...)	11,15 €
70	(anterior artigo 65)	
1	(...)	0,21 €
2	(...)	0,41 €
3	(...)	0,31 €
71	(anterior artigo 66)	
1	(...)	
a)	(...)	0,90 €
b)	(...)	12,00 €
2	(...)	4,00 €
72	(anterior artigo 67)	
1	(...)	0,40 €

CAPÍTULO XV

CEMITÉRIOS

73	(anterior artigo 68)	
74	(anterior artigo 69)	
75	(anterior artigo 70)	
76	(anterior artigo 71)	
77	(anterior artigo 72)	
78	(anterior artigo 73)	
79	(anterior artigo 74)	
80	(anterior artigo 75)	



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

55

81 (anterior artigo 76)

82 (anterior artigo 77)

83 (anterior artigo 78)

84 (anterior artigo 79)

CAPÍTULO XVI

CARTOGRAFIA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

85 (anterior artigo 80)

86 (anterior artigo 81)

87 (anterior artigo 82)

88 (anterior artigo 83)

89 (anterior artigo 84)

CAPÍTULO XVII

OBRAS PARTICULARES

Secção I – Obras de edificação e demolição

90 (anterior artigo 85)

91 (anterior artigo 86)

92 Admissão de (...)

(...)

93 (anterior artigo 88)

Secção II – Operações de loteamento, obras de urbanização e remodelação de terrenos

94 (anterior artigo 89)

95 (anterior artigo 90)

96 (anterior artigo 91)



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

SISTEMA CERTIFICADO



M.020GR

56

A

Secção III – Pedidos diversos

97 (anterior artigo 92)

98 (anterior artigo 93)

99 (anterior artigo 94)

100 (anterior artigo 95):

101 (anterior artigo 96)

102 (anterior artigo 97)

103 (anterior artigo 98)

104 (anterior artigo 99)

105 (anterior artigo 100)

106 (anterior artigo 101)

107 (anterior artigo 102)

108 (anterior artigo 103)

109 (anterior artigo 104)

110 (anterior artigo 105)

(...)

115 (anterior artigo 107)

116 (anterior artigo 108)

117 (anterior artigo 109)

118 (anterior artigo 110)

119 (anterior artigo 111)

Secção IV – Serviços especiais

120 (anterior artigo 112)

121 (anterior artigo 113)



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

57

122	(anterior artigo 114)		
123	(anterior artigo 115)		
1	Receção de mera comunicação prévia relativa a pedido de autorização de instalação/alteração de estabelecimentos industriais do tipo 3 [alínea c) do n.º 1 do art.º 79º do SIR]	53,56 €	
2	Reapreciação dos elementos instrutórios submetidos via BdE relativos a meras comunicações prévias	53,56 €	
3	Vistorias prévias relativas aos procedimentos de autorização padronizada, de mera comunicação prévia de estabelecimento industrial para exercício de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal transformada ou de atividade de operação de gestão de resíduos que exija vistoria prévia à exploração, nos termos dos regimes legais aplicáveis	182,07	
4	Vistoria de conformidade para verificação do cumprimento dos condicionamentos legais ou do cumprimento das condições anteriormente fixadas para o exercício da atividade ou do cumprimento das medidas impostas nas decisões proferidas sobre as reclamações e os recursos hierárquicos	182,07 €	
5	Comunicação de alteração do titular da exploração do estabelecimento industrial	19,29 €	
6	Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	37,49 €	
7	Vistorias para verificação do cumprimento de medidas impostas aquando da desativação definitiva do estabelecimento industrial	99,62 €	
8	Outras vistorias previstas na legislação aplicável	99,62 €	
124	(anterior artigo 116)		

CAPÍTULO XVIII

ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO

125	(anterior artigo 117)		
-----	-----------------------	--	--

CAPÍTULO XIX

EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E ALOJAMENTO LOCAL

126	(anterior artigo 118)		
-----	-----------------------	--	--

CAPÍTULO XX

SERVIÇOS ESPECÍFICOS

127	(anterior artigo 119)		
128	(anterior artigo 120)		



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

58

129	(anterior artigo 121)	
130	(anterior artigo 122)	
131	(anterior artigo 123)	
132	(anterior artigo 124)	
133	(anterior artigo 125)	
1	(...)	7,50 €
2	(...)	5,00 €
	(...)	



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ANEXO B3

59

ALTERAÇÃO À TABELA DE PREÇOS

1 -

São aditados os números 99, 100, 101 e 102 ao artigo 18º do anexo IV do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas, nos termos a seguir indicados:

"(...)"

CAPÍTULO IV

PUBLICAÇÕES

18	Publicações	
	(...)	
99	My Old Place. Catálogo da exposição de fotografia de João Leal, CMST, 2008	8,00 €
100	Retratos de Escritores da Comunidade de Leitores. Catálogo da exposição de Emerenciano, CMST, 2010	4,00 €
101	Cadernos de História e Memória Local, Vol. 1, CMST em co-edição com CEHR, Univ. Minho e CITCEM, 2012	7,50 €
102	20 Jornadas Culturais de Vila das Aves, CMST, 2008	9,00 €

2 - Foram alterados os artigos 41.º e os números 1, 2, 3 e 4 do artigo 45º, nos termos seguintes:

"(...)"

CAPÍTULO VIII

ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA

41	(...)	0,40 €
----	-------	--------

CAPÍTULO XII

FÁBRICA DE SANTO THYRSO

45	Ocupação	
1	(...)	210,00 €/mês
2	(...)	480,00 €/mês
3	(...)	380,00 €/mês
4	(...)	500,00 €/mês

"(...)"



M.020GR



7. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (4ª ALTERAÇÃO) AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – ARTIGOS 5º E 7º.-----

Presente informação conjunta da divisão jurídica e de administração geral e do serviço de atendimento e modernização administrativa, de vinte e cinco de fevereiro findo, registada com o número dois mil e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse:-----

Aprovar a proposta de 4ª alteração ao Regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais relativamente à redação dos artigos 5º e 7º, que passarão a ficar com a seguinte redação:-----

“Artigo 5º

Atualização

1- Os valores das taxas previstos na referida Tabela serão atualizados, anualmente, no início do ano económico, por aplicação da taxa de variação homóloga do índice de preços no consumidor do mês de novembro, com exceção da habitação, excetuando-se a taxa relativa à emissão de certificado de registo de cidadão da União Europeia, que será atualizada em função dos valores fixados na Portaria prevista no nº 1 do artigo 29º da Lei nº 37/2006, de 9 de agosto.”

“Artigo 7.º

Competência

1 - É da competência do Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação nos vereadores das áreas de gestão respetivas ou nos dirigentes dos serviços municipais, ou na falta destes, no responsável máximo do respetivo serviço, proceder à liquidação das taxas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo anterior.

2 – Excetuam-se do número anterior, os casos de liquidação automática realizada no “Balcão do Empreendedor” ou no Balcão online do município ou os casos em que a cobrança é



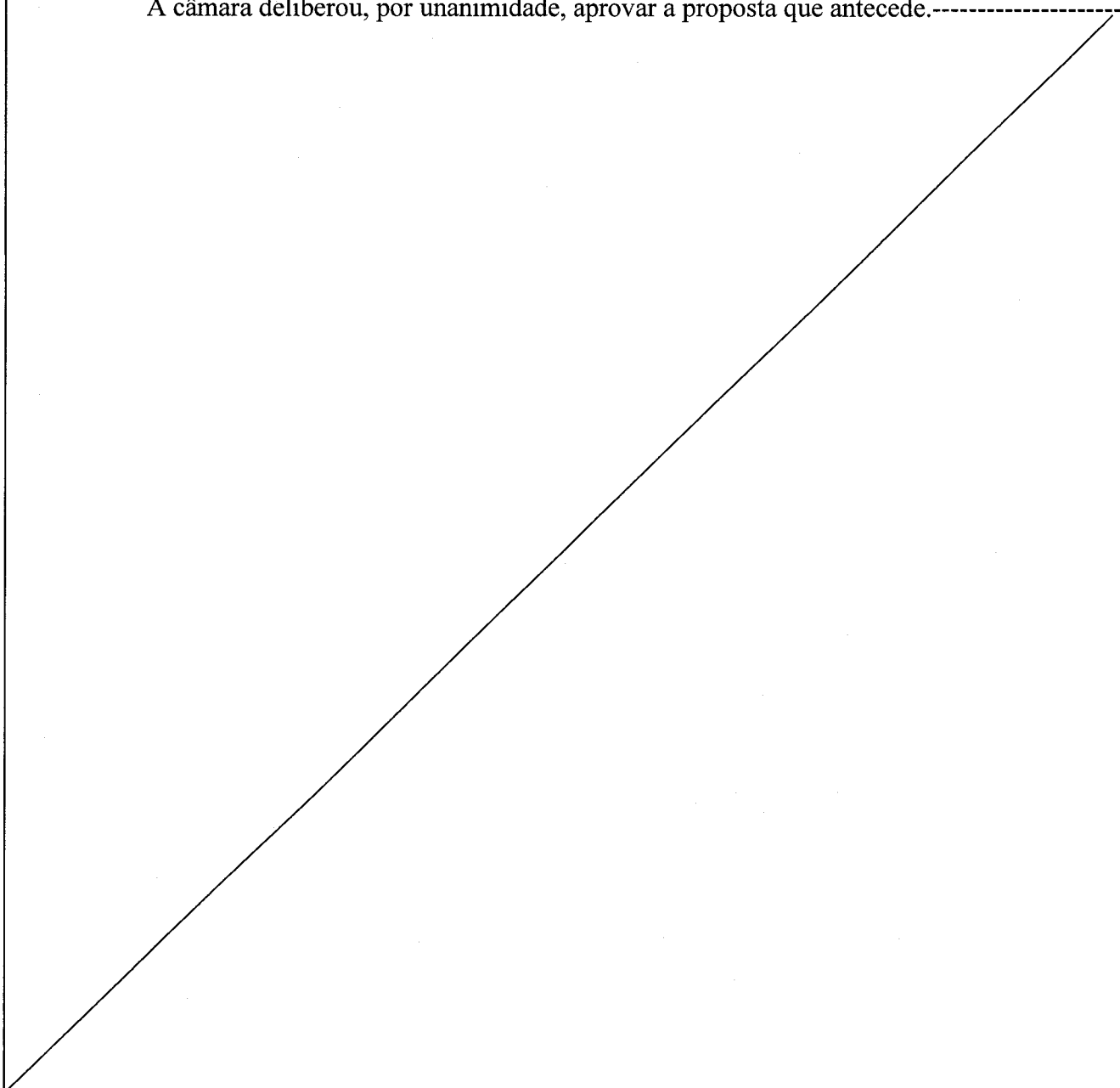
A

2

efetuada, aquando da entrada dos pedidos que a ela dão lugar, no respetivo serviço de atendimento."

A proposta de alteração dos artigos 5º e 7º do referido regulamento será submetida a inquérito público, nos termos legalmente previstos, pelo período de trinta dias.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta que antecede.-----





A

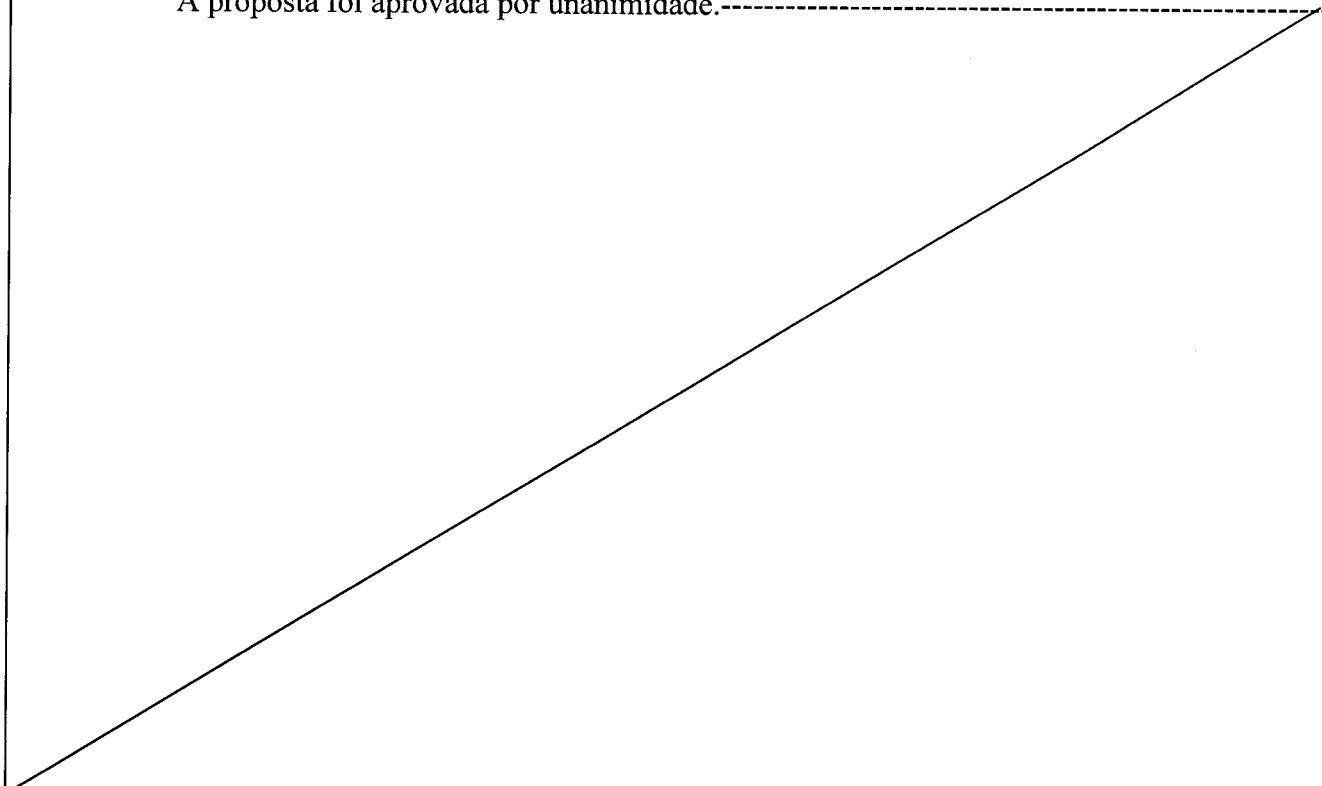
7

8. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS EDUCADORES DE INFÂNCIA E DOS DOCENTES DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO – PROPOSTA DE REGULAMENTO ELEITORAL.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de vinte e um de fevereiro findo, registada com o número dois mil cento e noventa e dois, a comunicar que os serviços estão a diligenciar pela composição do Conselho Municipal de Educação, criado por deliberação da assembleia municipal de vinte de dezembro último, e que no sentido de assegurar a condução do procedimento necessário à eleição dos representantes dos educadores de infância e dos docentes dos ensinos básico e secundário, é necessário proceder-se à aprovação de um regulamento que defina os termos e condições relacionados com a operacionalização do respetivo processo eleitoral.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o Regulamento que se anexa à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, que fica rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





A

7

9. MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CEDÊNCIA DE ESPAÇO NA INCUBADORA DE MODA E DESIGN DA FÁBRICA DE SANTO THYRSO: APROVAÇÃO.-----

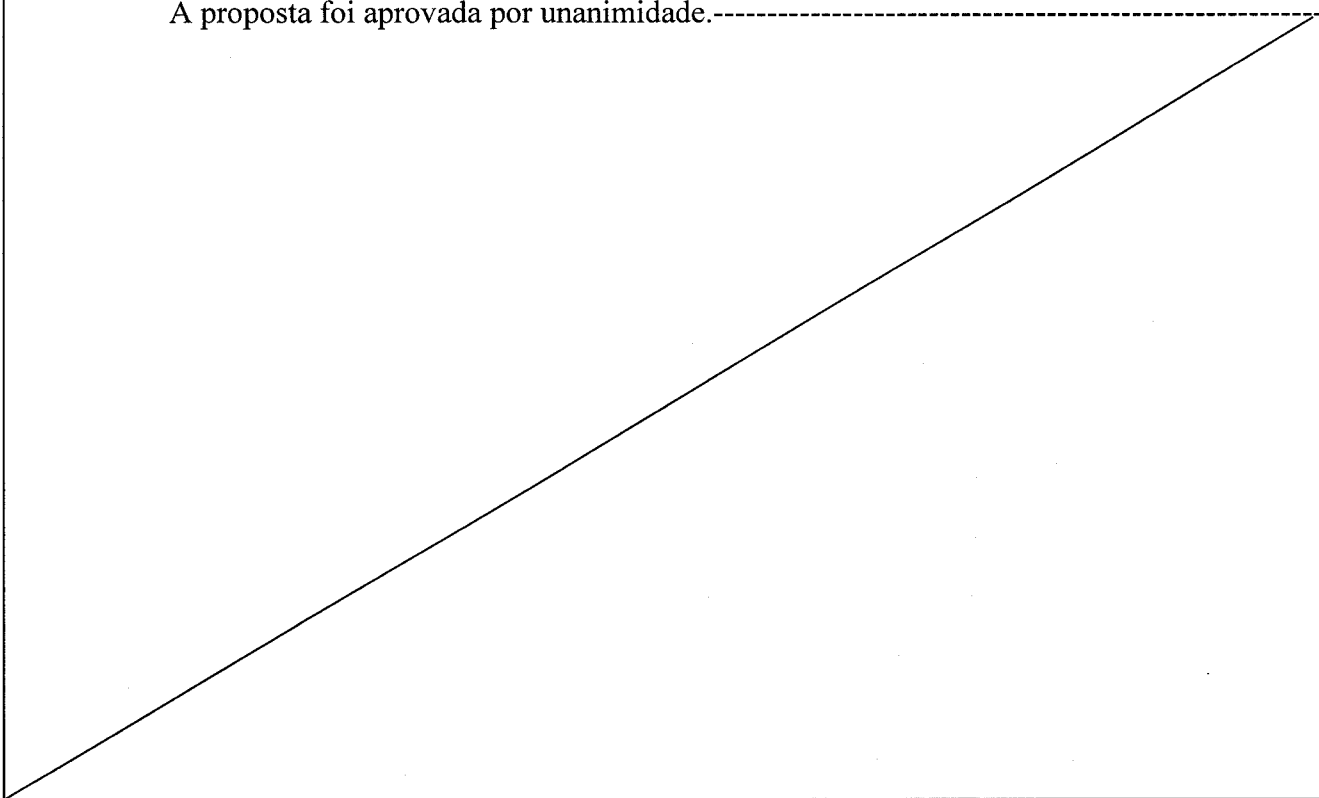
Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

No artigo 7º do Regulamento de Funcionamento interno da Incubadora de Moda e Design da Fábrica de Santo Thyrsó, aprovado pela câmara municipal em reunião de dez de julho de dois mil e treze, prevê-se que os promotores de projetos selecionados celebrarão com o município de Santo Tirso um contrato de prestação de serviços.-----

Os projetos a instalar na incubadora foram já selecionados, mostrando-se assim necessário aprovar a minuta do contrato a celebrar com os utentes;-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere aprovar a minuta de contrato anexa à informação registada no Sistema de Gestão Documental com o número dois mil cento e oitenta e seis, da qual se junta cópia à presente ata, constituindo o anexo III da mesma.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





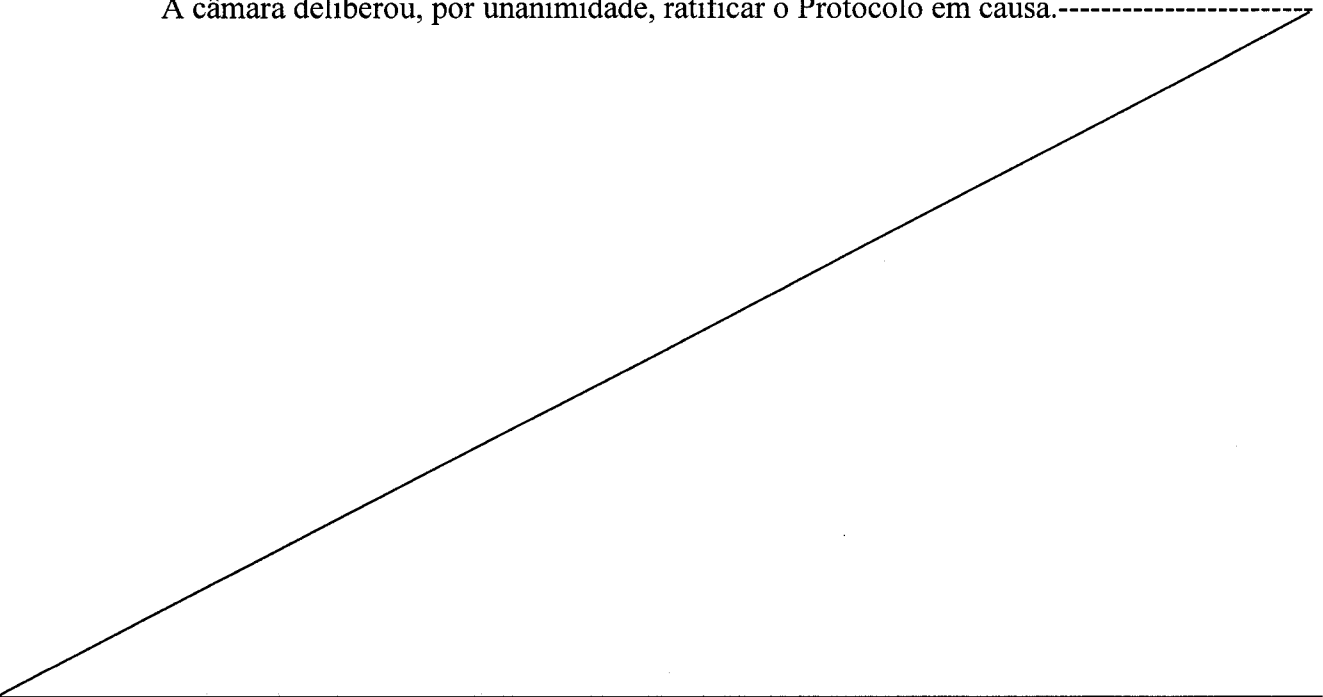
**10. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A
ÁREA METROPOLITANA DO PORTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA
METROPOLITANO DE EMERGÊNCIA SOCIAL: RATIFICAÇÃO.**-----

Presente o Protocolo celebrado entre o município de Santo Tirso e a Área Metropolitana do Porto, no âmbito do Programa Metropolitano de Emergência Social da AMP, assinado no dia onze de fevereiro findo, pela qual a Área Metropolitana do Porto transferirá para a câmara municipal de Santo Tirso, durante o período de vigência do Protocolo (desde a data da sua assinatura até trinta dias de abril de dois mil e catorze) um montante financeiro igual ou inferior a 13.152,10 € (treze mil cento e cinquenta e dois euros e dez cêntimos) nos termos fixados no artigo 2º do Regulamento de Funcionamento do Programa Metropolitano de Emergência Social, anexo ao Protocolo e que dele faz parte integrante.-----

Anexa-se à presente ata cópia do aludido Protocolo, o qual constituiu o anexo IV da mesma.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de celebração do referido Protocolo.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Protocolo em causa.-----





11. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO “MUNDOS DE VIDA, ASSOCIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO E SOLIDARIEDADE – INTEGRAÇÃO DA REDE PROCURAM-SE ABRAÇOS.-----

Presente a minuta de Protocolo a celebrar entre o município de Santo Tirso e a associação Mundos de Vida, Associação para a Educação e Solidariedade, no âmbito da rede “Procuraram-se Abraços” o município de Santo Tirso se compromete a colaborar na realização da campanha “Procuram-se Abraços”, nomeadamente através da disponibilização de meios de divulgação adequados, de modo a que os serviços da associação Mundos de Vida possam desenvolver ações em locais mais próximos da população, contribuindo deste modo para a obtenção de resultados mais eficazes.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a minuta do referido Protocolo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO E A MUNDOS DE VIDA, ASSOCIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO E SOLIDARIEDADE NO ÂMBITO DA REDE PROCURAM-SE ABRAÇOS®

Outorgantes

Primeiro – Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6.º Esq., da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga na qualidade de presidente da câmara municipal de Santo Tirso, e em representação do respetivo Município, pessoa coletiva territorial com o número de contribuinte n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo - Manuel Araújo da Silva, divorciado, natural da freguesia de Lousado, concelho de Vila Nova de Famalicão, residente na rua faz Fontainhas, n.º 131, freguesia de Lousado, portador do cartão de cidadão n.º 3691530, emitido pela República Portuguesa, o qual outorga na qualidade de presidente da respetiva direcção da associação "Mundos de Vida, Associação para a Educação e Solidariedade", pessoa coletiva n.º 501453962, com sede na Rua Quinta da Serra, n.º 101, Lousado, concelho de Vila Nova de Famalicão, adiante designada por Mundos de Vida.

Pressupostos:

Considerando as atribuições dos municípios no domínio da ação social, conforme disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

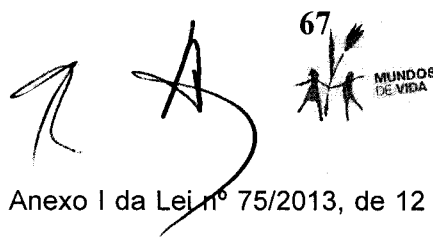
Considerando que compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza social de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete à câmara municipal participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situações de vulnerabilidade em parceria com instituições particulares de solidariedade social, conforme



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



dispõe a alínea v) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a Mundos de Vida é uma instituição particular de solidariedade social, fundada em 29 de julho de 1984 e com certificação de qualidade, que, ao longo do seu percurso, tem vindo a desenvolver diversas atividades com reconhecimento nacional, sendo disso prova as parcerias que tem estabelecido (em Portugal e Espanha) e as distinções que tem obtido;

Considerando que a Mundos de Vida tem como missão afirmar os direitos e responder às necessidades das crianças, das pessoas seniores e das suas famílias, geradas pelas mudanças da sociedade, criando e oferecendo serviços que correspondam às novas realidades sociais, com base numa visão esclarecida e humanista;

Considerando desde há mais de dez anos que a associação tem vindo a desenvolver um conjunto de respostas na área da proteção à infância, com abertura do centro de acolhimento temporário para crianças em risco - Casa das Andorinhas e o lar de crianças e jovens em risco - Casa do Alto;

Considerando que, mais recentemente criou a primeira resposta nacional no domínio do Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens (AFCJ), que gere como instituição de enquadramento, mediante acordo de cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social, atuando em vários concelhos dos distritos de Braga e Porto;

Considerando que quer o Município de Santo Tirso quer a Mundos de Vida compartilham interesses comuns no que respeita ao desenvolvimento de políticas de promoção dos direitos das crianças e resposta às necessidades destas e das suas famílias, em particular daquelas que se encontram em situação de maior risco e vulnerabilidade;

Considerando que o novo serviço de acolhimento familiar da Mundos de Vida, designado e registado com a marca própria **Procuram-se Abraços®**, tem vindo a criar, formar e desenvolver uma bolsa de famílias de acolhimento de qualidade para responder às necessidades das entidades competentes no domínio da proteção à infância, quando é necessário encontrar um meio terno, seguro e positivo para acolher temporariamente crianças em situação de risco;

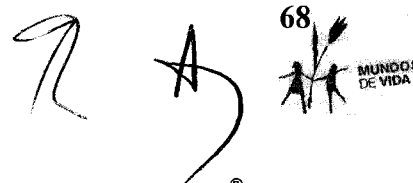
Considerando que a "Rede **Procuram-se Abraços®**" é uma iniciativa da Mundos de Vida à qual podem aderir livremente várias entidades públicas e privadas (CPCJ, Autarquias, Empresas) dos distritos do Porto e Braga;





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt



Considerando que a adesão à “Rede **Procuram-se Abraços**®” não implica nenhuma obrigatoriedade e responsabilidade financeira, assentando, principalmente, em ações de cooperação e na disponibilização de meios logísticos e de comunicação, para se poder chegar mais facilmente aos colaboradores e públicos naturais de cada instituição aderente.

Entre o Município de Santo Tirso e a Mundos de Vida, Associação para a Educação e Solidariedade é celebrado o presente protocolo, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto

Pelo presente protocolo, o Município de Santo Tirso passa a integrar a “Rede **Procuram-se Abraços**®” que visa promover o direito de cada criança crescer numa família, desenvolver ações que garantam uma parentalidade positiva, estimular a comunidade para responder à necessidade de se criar e desenvolver uma nova geração de famílias de acolhimento de qualidade que possam cuidar e educar crianças que necessitem de viver temporariamente fora da sua família biológica.

Cláusula Segunda

Obrigações do MST

No âmbito do presente protocolo, o MST compromete-se a colaborar na realização da campanha de captação anual “**Procuram-se Abraços**®” e noutras iniciativas complementares, nomeadamente através da disponibilização de meios de divulgação que considerar adequados, de modo a que os serviços da Mundos de Vida possam desenvolver ações em locais mais próximos da população, contribuindo deste modo para a obtenção de resultados mais eficazes.

Cláusula Terceira

Obrigações da Mundos de Vida

Pelo presente protocolo a Mundos de Vida compromete-se a disponibilizar, gratuitamente, toda a informação necessária, bem como, os materiais associados às campanhas de captação de novas famílias de acolhimento bem como outros materiais educativos para os restantes programas, relacionados com a criação e promoção de ambientes familiares positivos que

ajudem a contribuir para uma infância de direitos, mais saudável, mais segura e mais feliz.

Cláusula Quarta

Revisão

O presente protocolo é suscetível de ser alterado por acordo entre as partes.

Cláusula Quinta

Resolução

1- O presente protocolo pode ser resolvido por qualquer uma das partes, no caso de incumprimento das obrigações emergentes do mesmo, mediante prévia comunicação escrita com 10 dias úteis de antecedência.

2- O MST reserva o direito de resolver o presente protocolo por motivos de interesse público devidamente fundamentados, mediante prévia comunicação escrita com 10 dias úteis de antecedência.

Cláusula Sexta

Dúvidas e Omissões

As dúvidas e omissões decorrentes do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes, dentro do princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades expressas.

O presente protocolo foi aprovado pela deliberação camarária de _____ (item _____) e foi impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Santo Tirso, ____ de _____ de 2014.

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante



A handwritten signature in the top right corner of the page.

A handwritten mark, possibly a stylized 'A' or '7', in the upper right area of the page.

12. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTÁGIOS.

O agendamento do presente assunto foi solicitado pelo senhor vereador Alírio Canceles, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 53º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que o senhor presidente da câmara concedeu a palavra ao identificado vereador, que apresentou a proposta que consta das subseqüentes três folhas:-----

A large diagonal line drawn across the lower half of the page, from the bottom left corner towards the top right, indicating the end of the text or a continuation on the next page.

Reunião de câmara de 05 de março de 2014

Proposta de criação do Regulamento Municipal de Estágios

Considerando que:

As políticas públicas devem objeto de regulação e regulamentação;

Os atos e procedimentos administrativos devem ser claros e assentar em critérios de rigor e transparência;

A formação e aperfeiçoamento de técnicos qualificados deve constituir uma aposta do Município de Santo Tirso, que vem proporcionando estágios para jovens qualificados interessados em beneficiar de um processo de aquisição e experiência profissional e aprendizagem em contexto real de trabalho;

Refletindo a preocupação atual do ensino e da formação profissional, que visa uma maior interação entre os conhecimentos teóricos e a prática, bem como a aproximação do ensino/formação ao mundo do trabalho, são cada vez em maior número os cursos do ensino superior (politécnico e universitário) e cursos de formação profissional que incluem nos respetivos planos curriculares o estágio obrigatório;

Também, várias Ordens Profissionais contemplam a realização de um estágio em contexto de trabalho como requisito de inscrição definitiva habilitante ao exercício da profissão;

A procura de uma instituição, organismos e empresas, onde realizar o estágio é hoje uma preocupação real de parte significativa dos alunos e formandos;

Por outro lado, a necessidade de articulação entre as políticas de educação e formação para o aperfeiçoamento de técnicos em diversas áreas do conhecimento, justificam a existência de um plano de estágios destinados a população de nível universitário e de outros níveis;

As câmaras desenvolvem um conjunto diversificado de competências em áreas funcionais, não só exercem enorme atrativo enquanto possível local de estágio, como se encontram naturalmente vocacionadas para exercer essa função social;

Os regulamentos comunitários permitem às câmaras a possibilidade de apresentarem candidaturas no âmbito dos Programas de Estágios Profissionais remunerados apoiados pelo IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional);

Impõe-se, por isso, estabelecer um Plano de Estágios (PE) para o Município, que preveja e regule os estágios de formação profissional, curriculares, e habilitantes ao exercício de profissão regulada que se realizam nos serviços da Câmara;

Em reunião da Câmara Municipal de 05 de março de 2014, este Órgão deliberou submeter a consulta pública e posterior apreciação pela Assembleia Municipal o (projeto de) Regulamento Municipal de Estágios.

Findo o período de consulta pública e não tendo sido proposta qualquer alteração ao projeto apresentado, importa agora dar sequência ao procedimento de apreciação e aprovação do Regulamento Municipal de Estágios.

Propõe-se que a Câmara delibere:

- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este Órgão aprove o Regulamento Municipal de Estágios do Município de Santo Tirso que se anexa.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Pelos restantes edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi dito que subscreviam a proposta que antecede.-----

Após discussão do assunto, o senhor presidente colocou a Proposta de Regulamento de Estágios do município de Santo Tirso apresentada à votação, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma.-----

A proposta foi rejeitada, com cinco votos a contra dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três votos a favor dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação acima referida.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração da voto:-----

[Large diagonal line crossing the page, likely indicating a signature or stamp area.]

- 11 O documento que nos é apresentado, no nosso entender, incorre em várias incorrecções, nomeadamente de critério, de rigor e de elegibilidade.

Trata-se de uma proposta, que tem por base, uma adaptação mal formulada do Regulamento Específico, da Medida Estágios Emprego do IEFP, onde se pretende adaptá-la a todos os estágios, o que não é correto, pois cada tipo de estágio tem as suas características e especificidades legais, com os seus próprios critérios, não podendo a CMST, suplantá-la a outras entidades e instituições educativas.

Todos os estágios, sejam remunerados ou não, têm protocolos próprios, e legislação específica que lhe está adstrita.

Não, podemos impor, um regulamento, quando está tudo regulamentado, e enquadrado legalmente e no caso dos estágios profissionais, com comparticipações financeiras próprias, que interessam à autarquia em termos de encargo.

Quanto ao que nos é apresentado, convém salientar que não existem só os estágios profissionais do IEFP, existem também estágios profissionais, remunerados, no âmbito do PEPAL-Programa de Estágios Profissionais, destinados à Administração Pública Local e tendo como órgão gestor a DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais. Tratam-se de estágios bastante criteriosos e regulados em *sites* próprios, quer de recrutamento e seleção, como igualmente de gestão e de certificação própria do programa.

Chama-se especial atenção para os estágios habilitantes. Atualmente as Ordens Profissionais ou as Associações Públicas Profissionais concedem os títulos profissionais a alunos integrados em estágio profissional, como forma de ressarcirem uma bolsa remunerada, não havendo lugar a estágios habilitantes.

Os estágios curriculares, são resolvidos e tratados com os Agrupamentos de Escolas do Concelho, com os Centros de Formação Profissionais, com os Centros Prisionais e com os Gabinetes Coordenadores de Estágios existentes nas Universidades.

Há todo um procedimento, existente, e regulado pelas próprias entidades promotoras, para este tipo de estágios com documentação institucional e certificados próprios, onde se aferem os planos de estágios, os períodos de estágio, os tipos de estágios, os orientadores de ambas as instituições, as reuniões de acompanhamento, etc.

A CMST desenvolve desde 1997, este tipo de estágios com uma rede de parceiros institucionais e ambos têm como objetivo comum o sucesso da integração e inserção profissionais e não a politização das medidas.

Pelo acima exposto, os edis eleitos nas listas do Partido Socialista votam contra a proposta do **REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTÁGIOS.** 11

Santo Tirso, 5 de Março de 2014



[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata lamentam que a maioria socialista se tenha furtado às suas responsabilidades e tenha chumbado uma proposta de Regulamento Municipal de Estágios, que ao contrário do que disse o senhor presidente, não é um “copy paste” do Regulamento do IEFP ou outras entidades públicas da administração central, mas de regulamentos de outras autarquias, nomeadamente do Regulamento do município de Lisboa.-----

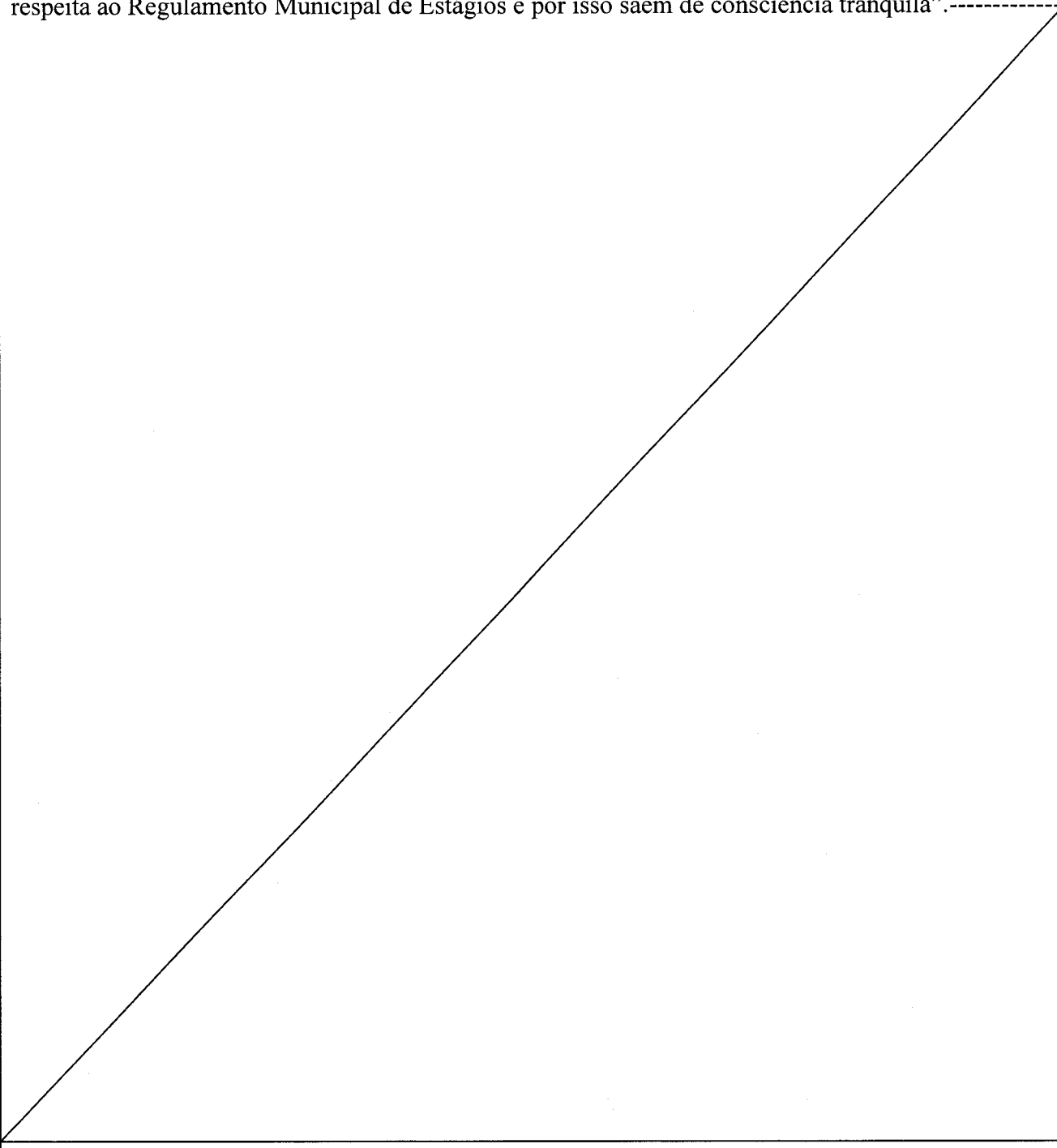
Pretenderam os vereadores do Partido Social Democrata que através de um processo de normalização e de regulação das relações entre a câmara e os cidadãos “potenciais estagiários”, introduzir critérios objetivos, sustentados no rigor, na transparência, na equidade e principalmente na igualdade de oportunidades. Ao contrário do que defende a maioria socialista, nomeadamente no que respeita aos estágios remunerados com dinheiros públicos, concretamente participações da autarquia, que a câmara se obrigasse a divulgar previamente através do seu sito na internet e de pelo menos num jornal de âmbito local, as oportunidades de estágio a que pudessem candidatar-se os cidadãos que estivessem interessados e que reunissem as condições de elegibilidade, essas sim definidas pela entidade financiadora.-----

Pretendia-se do mesmo modo, que fossem introduzidos critérios de seleção, quer através duma ponderação curricular, quer através de entrevistas para se poder aferir de forma objetiva as competências e o perfil para os lugares disponibilizados. Ao chumbar este regulamento a maioria socialista recusa adotar práticas administrativas que se impõem aos organismos administrativos, sejam eles da administração central ou local. Para os vereadores da coligação PPD/PSD.PPM esta recusa de aprovação deste documento permitirá que a câmara municipal continue a adotar atitudes discricionárias junto dos cidadãos, nomeadamente junto dos cidadãos tirsenses.-----

Além disso entendemos que a ausência desses procedimentos de divulgação e seleção configuram uma prática que além de imoral se revela de legalidade duvidosa, e por isso reservam-se o direito de dar conhecimento às instâncias que nesta matéria têm competências.-----



Os vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM disponibilizaram a informação necessária e cabal para ponderação da maioria socialista, no que respeita ao Regulamento Municipal de Estágios e por isso saem de consciência tranquila”.-----





13. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDO COM ARMINDO FERREIRA GUIMARÃES, TENDO POR OBJETO PÔR FIM AO LITÍGIO RELATIVO À PROPRIEDADE DE UM CAMINHO E TERRENO ADJACENTE SITO NO LUGAR DA PONTE VELHA, JUNTO AO RIO SANGUINHEDO (PROCESSO JUDICIAL N.º 2276/09.9TBSTS).-----

Presente informação do departamento administrativo e financeiro, de oito de fevereiro findo, registada com o número mil novecentos e cinquenta, a informar que no decurso do processo judicial que corre termos pelo 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Santo Tirso, com o número 2276/09.9TBSTS (dossiê de contencioso registado na câmara municipal com o número 209 A), tem havido várias negociações no sentido de pôr termo ao litígio em causa – dominialidade de um caminho e terreno adjacente sito no lugar da Ponte Velha, junto ao Rio Sanguinhedo, da cidade de Santo Tirso.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com a fundamentação constante da aludida informação, deliberasse aprovar a seguinte proposta de Acordo:-----

- O reu, Armino Ferreira Guimarães, reconhece que a área assinalada a verde na planta anexa é do domínio público municipal e, consequentemente, deverá proceder à desocupação da mesma;-----

- A câmara municipal reconhece a propriedade privada da parcela de terreno assinalada a vermelho na mesma planta, com a área de 153 m² (cento e cinquenta e três metros quadrados) para ser anexada ao prédio do réu, assinalado a azul naquela planta.-----

- O termo da transação a elaborar pelos advogados das partes e a entregar no Tribunal para homologação judicial, além de respeitar os pontos anteriores deve ainda prever o prazo que se considere razoável para a desocupação da área de terreno assinalada a verde na planta anexa e identificar juridicamente (indicação da descrição predial e inscrição matricial) o prédio do réu assinalado a azul na mesma planta.-----

Reunião : ORDINÁRIA



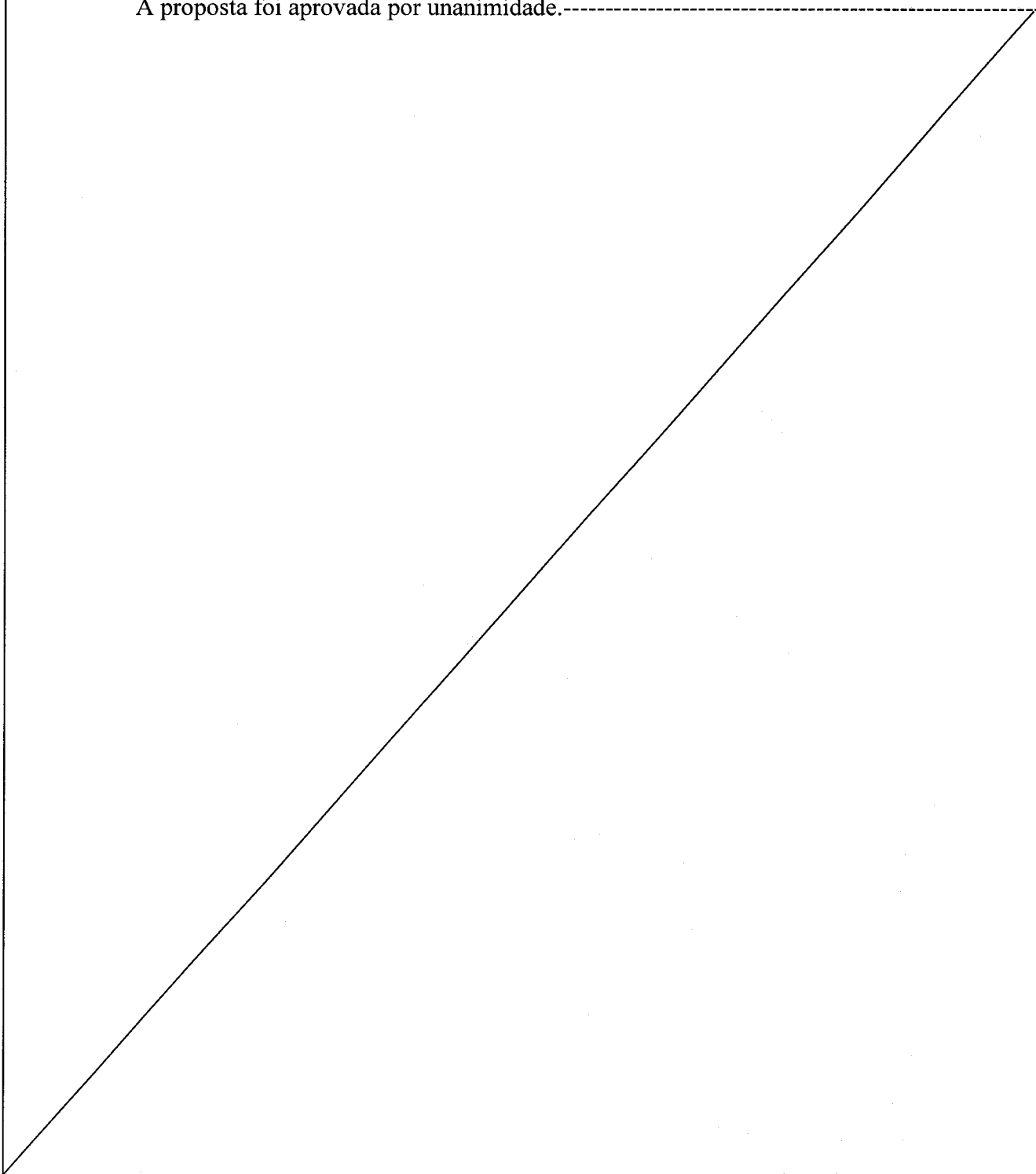
Câmara Municipal de Santo Tirso

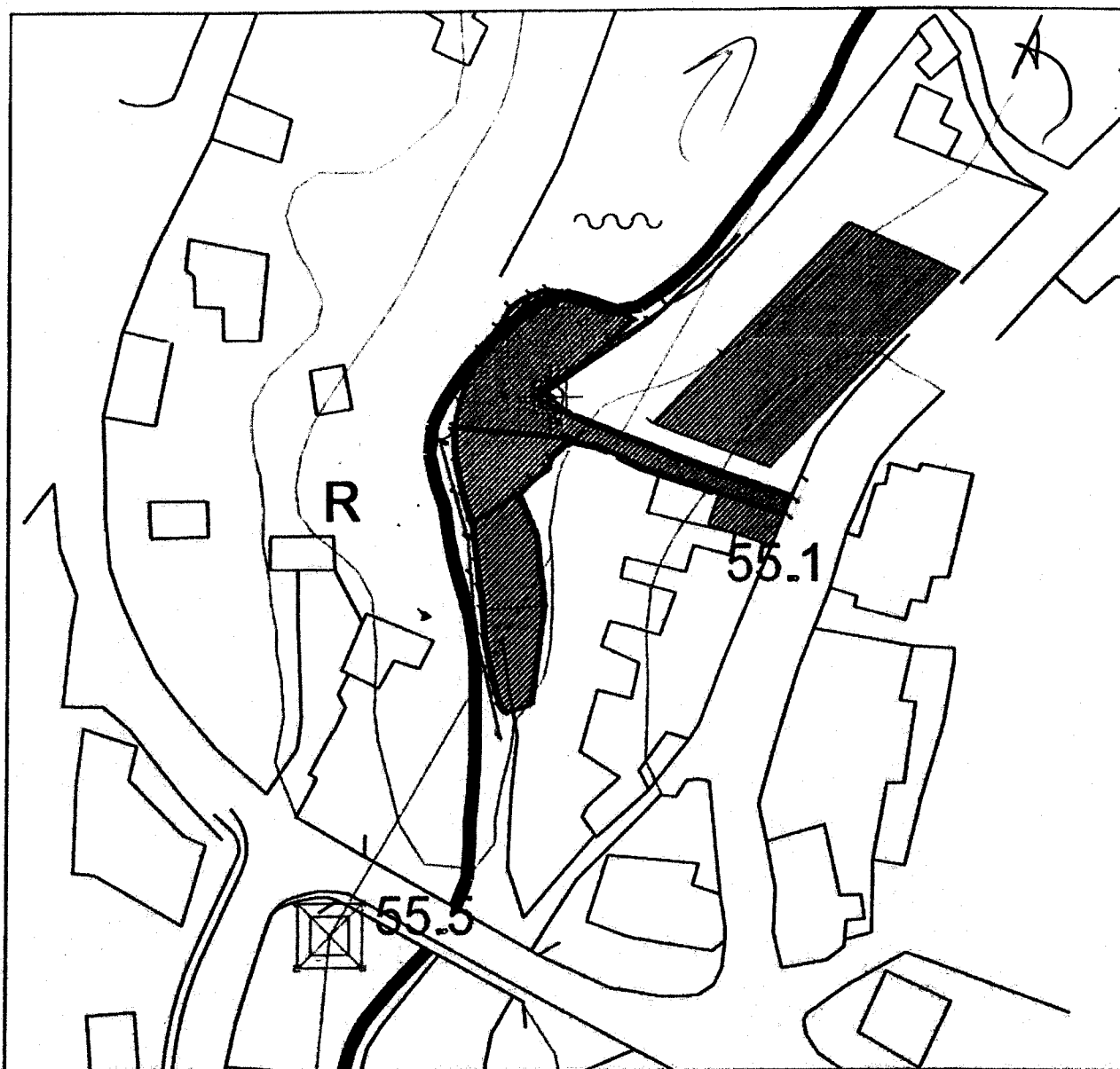
Ata N.º 5 Fl. 78
5 de março de 2014




A


↗

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





-  Parcela a anexar ao Predio de Armindo Ferreira Guimarães - área: 153 m2
-  Predio de Armindo Ferreira Guimarães
-  Terreno de Dominio Municipal

 Coordenada Retangular
Origem Datum 73
(valores expressos em metros)
X = -29429.439
Y = 186251.869

Confrontações

Norte: Terreno do Dominio Municipal
Sul: Margarida da Silva Oliveira e Armindo Ferreira Guimarães
Nascente: Margarida da Silva Oliveira e Armindo Ferreira Guimarães
Poente: Rio Sanguinhêdo



Departamento de Planeamento e Habitação

Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Planta Cadastral



M.006DPP
M.006DOTIG

Proposta

Autor
Nicola Russell

Rubrica do autor

Colaboradores

Coordenador
Lúcia Rodrigues

Escala: 1/1000



Referência	SGD	Registo	Substitui	Substituído	Data	Folha
	12293/2012				Dezembro 2013	



14. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O FUTEBOL CLUBE DE VILARINHO - 2014.-----

Presente o pedido apresentado pelo Futebol Clube de Vilarinho, datado de vinte e seis de janeiro último e registado no Sistema de Gestão Documental com o número dois mil duzentos e setenta, a solicitar a uma comparticipação financeira do Município de Santo Tirso para concretização do plano de ação destinado a divulgar o desporto concelhio na modalidade de futebol sénior e na organização de competições dessa modalidade.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando o programa de desenvolvimento desportivo enviado pelo Futebol Clube de Vilarinho, pessoa coletiva número 503 388 068, anexo à minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas;-----

Considerando que aquela associação tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço da Segurança Social Direta no dia catorze de janeiro último, válida por quatro meses, e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pela AT – Autoridade Tributária e Aduaneira – Serviço de Finanças de Santo Tirso no dia treze de janeiro último, válida por três meses;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pelo Futebol Clube de Vilarinho merecem o apoio do município;-----

Considerando que o artigo 2º do Decreto-lei 273/2009, de 1 de outubro, prevê a possibilidade das autarquias locais celebrarem contratos-programa de desenvolvimento desportivo com vista à atribuição de apoios financeiros;-----

Considerando a competência da câmara municipal, prevista na alínea n) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar atividades de natureza desportiva de



A

2

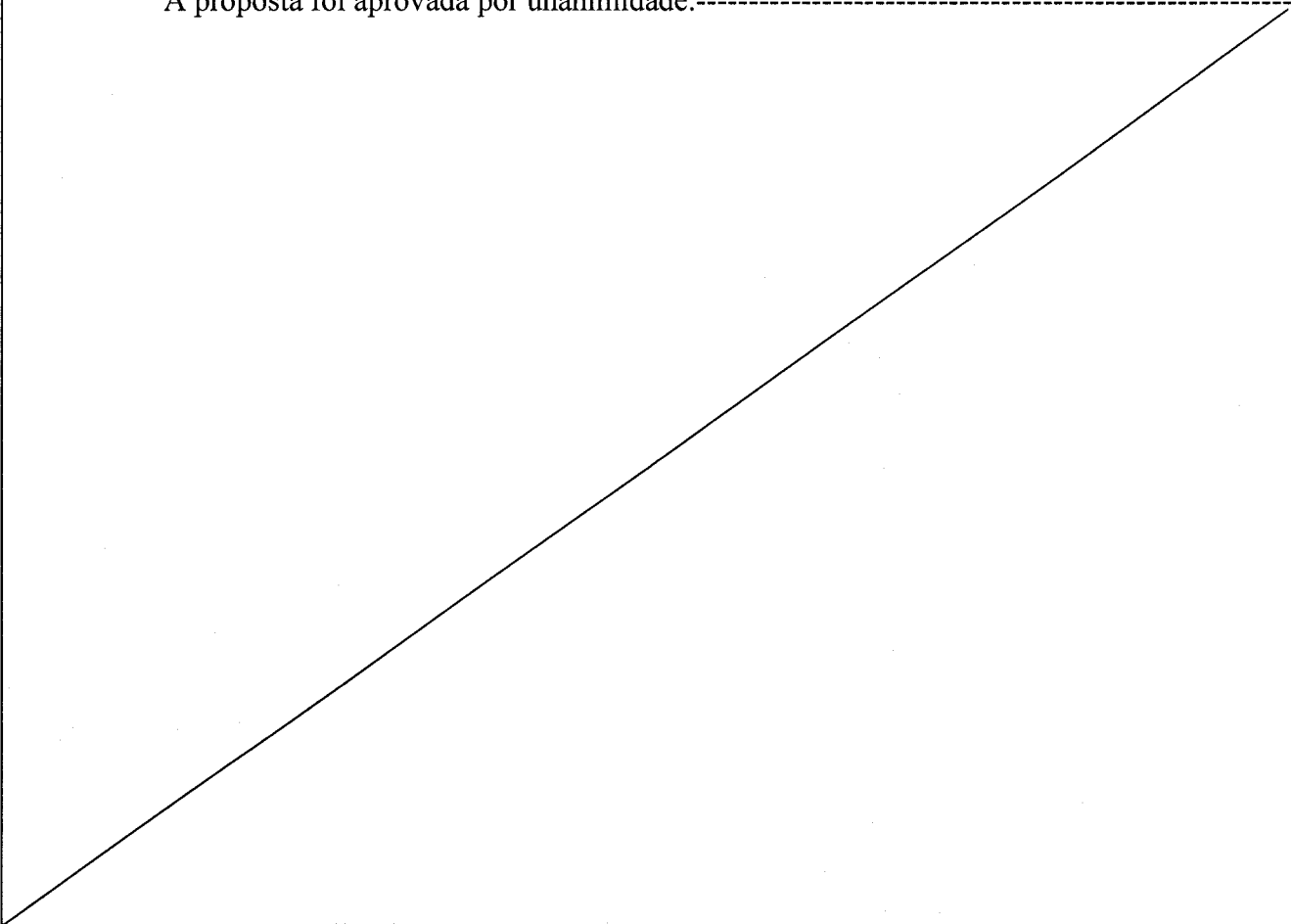
interesse para o município;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 7.000,00 € (sete mil euros) para apoiar a prossecução do aludido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da referida minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo anexa à presente ata.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 518/2014.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade com o número de compromisso 632/2014, de vinte e oito de fevereiro findo.

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

82
A

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O "FUTEBOL CLUBE DE VILARINHO" – 2014 - MINUTA

Outorgantes

Primeiro: Joaquim Barbosa Ferreira Couto, casado, natural da freguesia de Água Longa, deste concelho, residente na rua Helena Vieira da Silva, n.º 374, entrada 2, 6.º Esq., da freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, portador do cartão de cidadão n.º 02731649 1ZZ7, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de janeiro de 2015, o qual outorga na qualidade de presidente da câmara municipal de Santo Tirso, e em representação do respetivo Município, pessoa coletiva territorial com o número de contribuinte n.º 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, adiante designado por MST.

Segundo: Jaime Ferreira Pereira, casado, natural da freguesia de Vilarinho, concelho de Santo Tirso, portador do cartão de cidadão n.º ____, válido até ____, residente na Rua das Leirinhas, n.º 164, em Vilarinho, Presidente do "Futebol Clube de Vilarinho", o qual outorga em nome e em representação da referida coletividade, pessoa coletiva número 503 388 068, com sede na Rua do Loteamento Municipal, n.º 272 da referida freguesia e concelho, adiante designado por FCV.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres, conforme dispõe a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro;

Considerando a competência dos órgãos municipais no apoio a atividades de natureza desportiva e recreativa de interesse para o município, conforme dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 73/2003, de 12 de setembro;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

83

Considerando que o FCV movimenta um elevado número de atletas e dirigentes na sua participação nas competições distritais de futebol;

Considerando que o FCV se disponibiliza a ceder as suas instalações para a realização de atividades desportivas, recreativas ou culturais, de interesse municipal,

Entre o Município de Santo Tirso e o "Futebol Clube de Vilarinho":

É celebrado o presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que se regerá pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do contrato – programa

O presente contrato programa tem por objeto a caracterização e o regime de comparticipação do MST na concretização dos planos de ação destinados a divulgar o desporto concelhio na modalidade de futebol sénior e na organização de competições com relevante interesse social e desportivo a desenvolver pelo FCV, que a seguir se enuncia:

- Participação nas competições Distritais de Futebol com equipa do escalão Seniores.

Cláusula Segunda

Custo do Programa

A prossecução do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante do documento anexo ao presente contrato-programa e que dele fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I, tem um custo que ascende os 60.000,00 euros (sessenta mil euros).



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

84

Cláusula Terceira

Regime de comparticipação

1- Pelo presente contrato-programa, o MST compromete-se a comparticipar, no período de vigência do presente contrato, o Programa de Desenvolvimento Desportivo do FCV no montante de 7.000,00 euros (Sete mil euros).

2- Sem prejuízo da prévia publicitação do presente contrato nas formas previstas nos artigos 56º do Anexo I da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, e 27º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro, a comparticipação do MST, será efetuada do seguinte modo:

- a) 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros) a pagar durante o mês de março de 2014;
- b) 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros) a pagar durante o mês de agosto de 2014;

Cláusula Quarta

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do contrato

1- O acompanhamento e fiscalização da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo a que se refere o presente contrato-programa serão efetuados pelo MST.

2- O FCV obriga-se a apresentar ao MST todos os documentos e informações relativas às despesas relacionadas com a sua atividade.

Cláusula Quinta

Responsabilidades do FCV

Para além do disposto no nº 2 da cláusula anterior, o FCV compromete-se a assumir as seguintes obrigações:

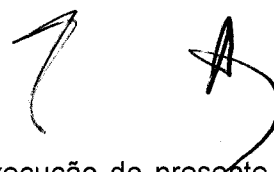
- a) Assegurar, sempre que solicitado pelo MST e sem prejuízo das suas atividades desportivas, as condições de utilização das suas instalações para a realização de atividades desportivas, recreativas ou culturais, de interesse municipal;
- b) Afetar, exclusivamente, o apoio financeiro a que se refere o presente contrato-programa à finalidade para o qual foi atribuído;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

85



c) Enviar ao MST um relatório final sobre a execução do presente contrato, assim que concluída a realização do Plano de Desenvolvimento Desportivo a que o mesmo se refere.

Cláusula Sexta

Revisão e Cessação do Contrato

À revisão e cessação do presente contrato, aplica-se o disposto nos artigos 21º e 26º do DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Sétima

Incumprimento do contrato

1- O incumprimento do presente contrato por parte do FCV confere ao MST o direito de resolver o contrato e de reaver a quantia paga quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa.

2- Nos demais casos, o incumprimento confere ao MST apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação.

Cláusula Oitava

Período de vigência do contrato

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da Cláusula Terceira, o presente contrato produz os seus efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, no que se refere às atividades objeto da comparticipação financeira, e termina no dia 31 de Dezembro de 2014.

Cláusula Nona

Resolução de litígios

1- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são resolvidos por acordo entre as partes.

2- Na impossibilidade de acordo, são os mesmos submetidos a arbitragem.

3- Da decisão arbitral cabe recurso nos termos legais.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

86
A

Cláusula Décima

Regime aplicável

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL nº 273/2009, de 1 de outubro.

O regime de comparticipação assumido pelo MST, previsto na Cláusula Terceira do contrato programa em causa, será satisfeito pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 518/2014.

O compromisso inerente ao presente contrato está registado no Sistema de Contabilidade com o nº 632 datado de 28 de fevereiro de 2014.

O FCV tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida, automaticamente, pelo Serviço de Segurança Social Direta no dia 14 de janeiro de 2014 e tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida, via internet, pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso no dia 13 de janeiro de 2014.

O presente Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação camarária de _____ (item _) e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Santo Tirso, _____

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

FUTEBOL CLUBE DE VILARINHO



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

(*) Atividade Desportiva a desenvolver—2014

ÉPOCA DESPORTIVA 2013/2014

PARTICIPAÇÃO NO CAMPEONATO DISTRITAL DA A.F.PORTO - 1ª DIVISÃO - SÉRIE 2, FUTEBOL 11

AGOSTO / 2013

Pré-época: realização de treinos semanais de segunda a sexta-feira no *Campo das Agrads*;

SETEMBRO / 2013

Dia 28: F.C.VILARINHO vs MELRES D.C.

OUTUBRO / 2013

Dia 6: G.C.D. VILA CAIZ vs F.C.VILARINHO

Dia 13: S.C. RIO MOINHOS vs F.C.VILARINHO

Dia 20: F.C.VILARINHO vs F.C. ALPENDORADA

Dia 27: C.C. AGUIAS EIRIZ vs F.C.VILARINHO

NOVEMBRO / 2013

Dia 3: F.C.VILARINHO vs C.C.D. SOBROSA

Dia 10: SPG.C. CAMPO vs F.C.VILARINHO

Dia 17: F.C.VILARINHO vs ASS.DESP. MARCO 09

Dia 24: A.D.C. PENAMAIOR vs F.C.VILARINHO

DEZEMBRO / 2013

Dia 1: F.C.VILARINHO vs G.D.C. FERREIRA

Dia 8: S.C. NUN'ALVARES vs F.C.VILARINHO

Dia 15: F.C.VILARINHO vs G.D. LIVRAÇÃO

Dia 22: CAÍDE DE REI S.C. vs F.C.VILARINHO

(*) Os treinos realizam-se semanalmente às terças, quintas e sexta-feiras, entre as 19h30 e as 22h00;

Filiado na Associação de Futebol do Porto
Campo das Agrads Rua do Loteamento

Municipal * nº 272 4795—803

FUTEBOL CLUBE DE VILARINHO**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO****(*) Atividade Desportiva a desenvolver—2014****JANEIRO / 2014**

Dia 5: F.C.VILARINHO vs A.D. BAIÃO

Dia 12: C.R. ATAENSE vs F.C.VILARINHO

Dia 19: MELRES DESP. CULT. vs F.C.VILARINHO

Dia 26: F.C.VILARINHO vs G.C. D. VILA CAIZ

FEVEREIRO / 2014

Dia 2: F.C.VILARINHO vs S.C. RIO MOINHOS

Dia 9: F.C. ALPENDORADA vs F.C.VILARINHO

Dia 16: F.C.VILARINHO vs C.D. AGUIAS EIRIZ

Dia 23: C.C.D. SOBROSA vs F.C.VILARINHO

MARÇO / 2014

Dia 2: F.C.VILARINHO vs SPG.C. CAMPO

Dia 9: ASS.DESP. MARCO 09 vs F.C.VILARINHO

Dia 16: F.C.VILARINHO vs A.D.C. PENAMAIOR

Dia 23: G.D.C. FERREIRA vs F.C.VILARINHO

Dia 30: F.C.VILARINHO vs S.C. NUN'ALVARES

ABRIL / 2014

Dia 6: G.D. LIVRAÇÃO vs F.C.VILARINHO

Dia 13: F.C.VILARINHO vs CAÍDE DE REI S.C.

Dia 27: A.D. BAIÃO vs F.C.VILARINHO

MAIO / 2014

Dia 4: F.C.VILARINHO vs C.R. ATAENSE

(*) Os treinos realizam-se semanalmente às terças, quintas e sexta-feiras, entre as 19h30 e as 22h00;

Filiado na Associação de Futebol do Porto
Campo das Agrad Rua do Loteamento

Municipal * nº 272 4795—803

15. SUBSÍDIOS.-----

A) À ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA DE MONTE CÓRDOVA: OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO.-----

Presente ofício de nove de janeiro último, da Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova, registado com o número trezentos e trinta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com obras de beneficiação do seu edifício sito na rua da Associação, n.º 105, Monte Córdova, cuja estimativa orçamental, conforme orçamento anexo àquele ofício, é de 141.872,80 € (cento e quarenta e um mil oitocentos e setenta e dois euros e oitenta cêntimos), ao qual acresce o IVA.-----

Do expediente constam informações do departamento de obras municipais e do departamento de desporto, educação, cultura e ação social, a informar, respetivamente, sobre os trabalhos que a Associação pretende executar e respetivo orçamentos e sobre a ação desenvolvida pela Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova, IPSS, nomeadamente as valências que possui e número de utentes.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova um subsídio no montante de 40.000,00 € (quarenta mil euros), para ajudar a custear as despesas com as referidas obras, a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 550/2014.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 714/2014, desta data.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



15. B) À JUNTA DE FREGUESIA DA REGUENGA – RECONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NA TRAVESSA DA LIBERDADE.-----

Presentes os ofícios de vinte e três de outubro e cinco de dezembro últimos, da junta de freguesia da Reguenga, registados com os números dez mil trezentos e sessenta e onze mil oitocentos e quarenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a reconstrução de um muro de suporte na Travessa da Liberdade.-----

A Divisão de Empreitadas informa que os trabalhos estão concluídos e que foram acompanhados pelos serviços técnicos da câmara municipal.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando que, por razões de segurança, a reconstrução do muro em causa era urgente;-----

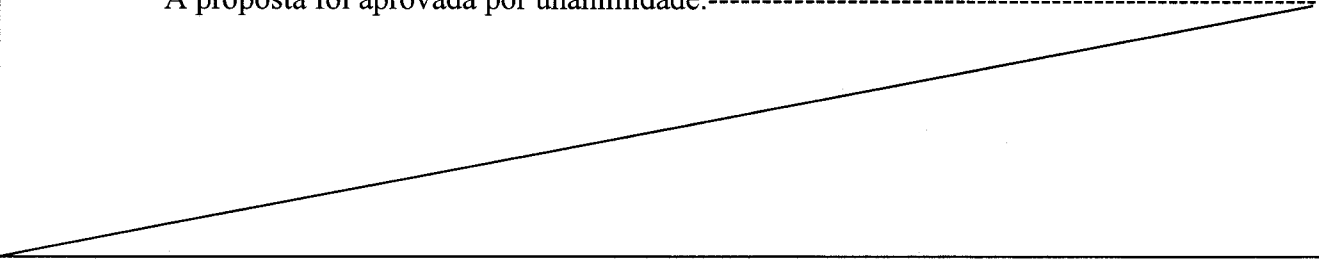
Considerando que a obra está concluída e que a junta de freguesia precisa de pagar ao respetivo empreiteiro.-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à freguesia da Reguenga um subsídio no montante de 4.889,25 € (quatro mil oitocentos e oitenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos), para custear as referidas obras e remeter a presente deliberação à próxima sessão ordinária da assembleia municipal para ratificação, face à competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 318/2014.-----

O compromisso a assumir com a deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade com o número 369/2014, de 07 de fevereiro findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





A

7

15. C) AOS RANCHOS E GRUPOS FOLCLÓRICOS DO CONCELHO.-----

Presente informação, de vinte e seis de fevereiro findo, da Divisão de Cultura e Turismo, registada com o número dois mil cento e noventa, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a sugerir a atribuição de um subsídio aos ranchos e grupos folclóricos a processar nas condições constantes do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer integrante, constituindo as subseqüentes três folhas.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando a importância do trabalho que os Ranchos Folclóricos e Grupos Etnográficos desenvolvem na promoção e divulgação da cultura e tradições do concelho;-----

Considerando a sua disponibilidade para colaborar nas iniciativas culturais promovidas pela câmara municipal;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de natureza cultural e recreativa, proponho que a câmara delibere atribuir a cada um dos grupos a seguir mencionados um subsídio no montante global de 2.800,00 € (dois mil e oitocentos euros).-----

- Grupo Folclórico de Santa Cristina do Couto;-----
- Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida – Santa Cristina do Couto;-----
- Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo;-----
- Grupo Etnográfico das Aves;-----
- Rancho Folclórico de S. Tiago de Rebordões;-----
- Rancho Folclórico de S. Salvador de Monte Córdova;-----
- Rancho Folclórico de S. Pedro de Roriz;-----
- Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga;-----
- Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos – Roriz;-----



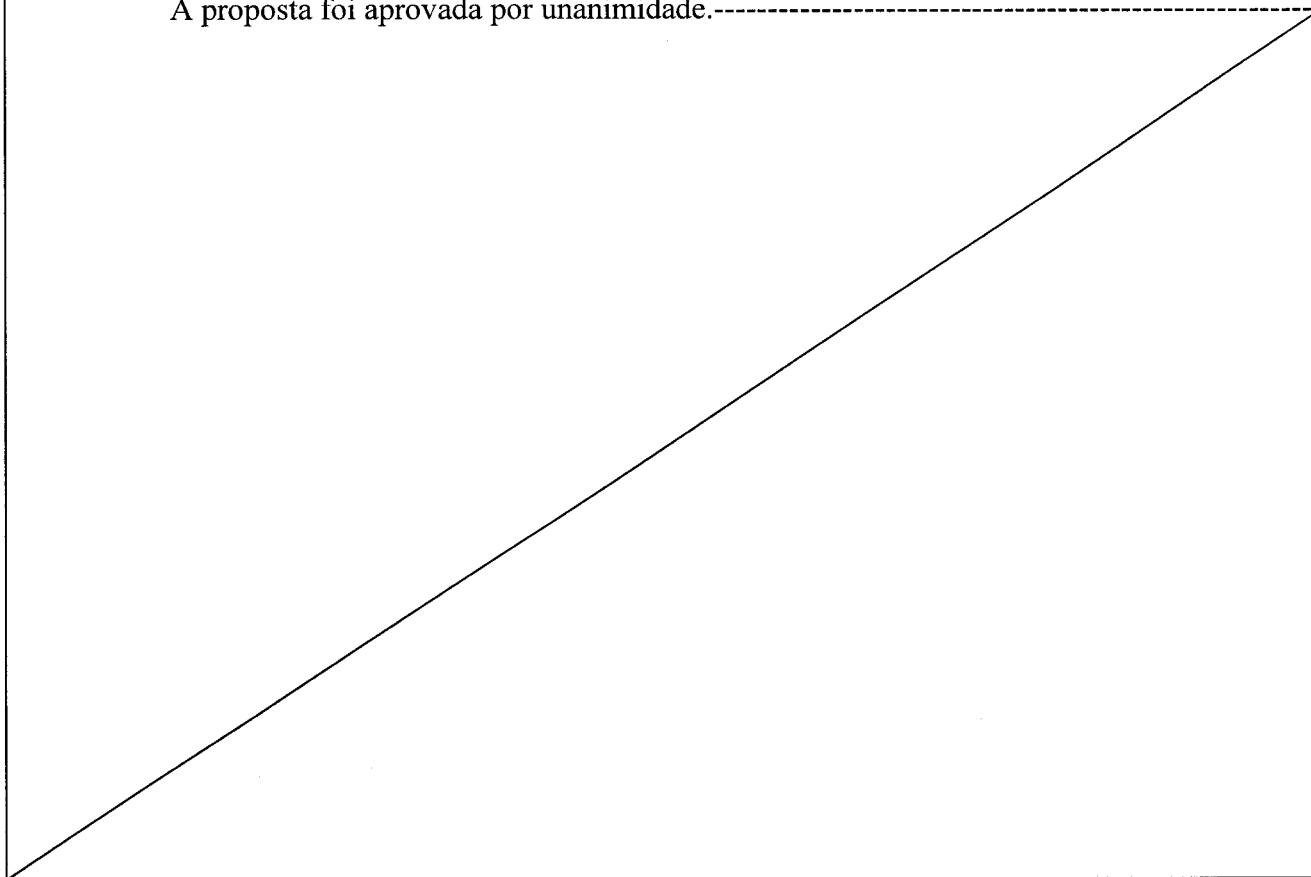
A

- Rancho Santo André do Sobrado – Vila das Aves;-----
- Grupo Folclórico Santo André – Vila das Aves;-----
- Rancho Folclórico Rosas de S. Miguel de Vilarinho;-----
- Grupo Etnográfico de S. Paio de Guimarei.-----
- Rancho Folclórico de S. Mamede de Negrelos;-----
- Rancho Folclórico de Santa Eulália de Lamelas;-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 534/2014.-----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade com os números 371 a 685/2014, respetivamente, todos de três do corrente mês de março.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

93

Condições de atribuição do apoio financeiro aos Ranchos e Grupos Folclóricos do Concelho de Santo Tirso

Artigo 1º Objeto

Considerando a importância do trabalho que os Ranchos e Grupos Folclóricos concelhios desenvolvem na promoção da cultura e tradições do concelho de Santo Tirso, a autarquia, ao abrigo das competências previstas no artigo 33, nº 1 nas alíneas o) e u) da Lei 75/2013 12 de Setembro, atribui a cada um dos Ranchos e Grupos Folclóricos um subsídio anual no valor de 2800 € (dois mil e oitocentos euros), repartido em três tranches.

Artigo 2º Âmbito

Este subsídio destina-se a todos os Ranchos e Grupos Folclóricos do concelho de Santo Tirso e substitui todos os apoios que a autarquia tem vindo a atribuir anualmente, designadamente:

- a) subsídio anual
- b) subsídio pela participação no encontro Cantar os Reis com transporte incluído
- c) pagamento pela atuação numa atividade do município com transporte incluído
- d) subsídio para apoio à organização do próprio festival de folclore
- e) apoio aos transportes para atuações noutros festivais de folclore

Artigo 3º Critérios de pagamento do subsídio

Para garantirem o direito a receber a totalidade do montante do subsídio os Ranchos e Grupos Folclóricos comprometem-se a:

- a) Participar no encontro Cantar os Reis
- b) Participar numa atividade a designar por esta autarquia.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

94
A

- c) Manter as tradições nos trajes e cantares apresentados, sendo rigorosos no cumprimento dos usos e costumes desta região.
- d) Participar nas atividades promovidas pela Câmara Municipal, mencionadas nas alíneas a) e b) do presente artigo, sem que pela sua participação recebam outro tipo de pagamento.
- e) Assegurar o transporte do respetivo Rancho ou Grupo Folclórico para participação nas atividades promovidas, ou designadas, pela Câmara Municipal, previstas nas alíneas a) e b) do presente artigo.

Artigo 4º

Prazo para pagamento do subsídio

O subsídio será disponibilizado aos Ranchos e Grupos Folclóricos repartido em três tranches:

- a) A primeira tranche, no valor de 1000 € (mil euros), será disponibilizada no mês de março de 2014
- b) A segunda tranche, no valor de 1000 € (mil euros), será atribuída nos meses de junho/julho de 2014
- c) A terceira tranche, no valor de 800 € (oitocentos euros), será transferida nos meses de outubro/novembro de 2014

Artigo 5º

Processo de pagamento do subsídio

1 - O subsídio será pago aos Ranchos e Grupos Folclóricos que cumulativamente cumpram os requisitos previstos no artigo 3º e as condições a seguir mencionadas:

- a) A 1º tranche do subsídio será paga a todos os ranchos e grupos folclóricos que até ao final do mês de janeiro entreguem, nesta Câmara Municipal, o Plano de Atividades para 2014
- b) A 2ª tranche do subsídio será paga a todos os ranchos e grupos folclóricos que até final do mês de maio entreguem, além do Plano de Atividades, o Relatório de Contas referente ao ano de 2013.
- c) A 3ª tranche do subsídio será paga após a verificação do cumprimento das condições definidas nas alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 3º.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

95
A

2 – Durante os meses de março, junho e outubro os Serviços de Cultura enviarão para os Serviços de Contabilidade uma listagem com a indicação dos ranchos e grupos folclóricos que reúnem as condições para receberem a tranche correspondente do subsídio.

3 – Os ranchos e grupos folclóricos que à data da transferência do subsídio não cumpram os requisitos definidos e, por isso, fiquem excluídos da respetiva listagem só poderão receber a verba respeitante à tranche em falta no momento da transferência da tranche seguinte, acumulando o valor das tranches a que tem direito.

Artigo 6º

Vigência

As presentes normas entram em vigor a 1 de janeiro de 2014 e vigoram até 31 de dezembro do mesmo ano.



A

7

15. D) UNIÃO DESPORTIVA E SOCIAL DE RORIZ – AQUISIÇÃO DE UMA CARRINHA.-----

Presente ofício de dez de outubro de dois mil e doze, da União Desportiva e Social de Roriz, remetido por e-mail de dezoito do mesmo mês de outubro, registado com o número onze mil trezentos e setenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a aquisição de uma viatura de vinte e sete lugares.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando a competência da câmara prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de atividades de interesse para o município;-----

Considerando que a União Desportiva e Social de Roriz tem tido um contributo importante no desenvolvimento da política desportiva concelhia;-----

Considerando que à identificada associação foi atribuído o estatuto de utilidade pública;

Considerando que para o bom desenvolvimento das suas atividades necessita de um mini-autocarro.-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à União Desportiva e Social de Roriz um subsídio no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros) para ajudar a custear as despesas com a aquisição de uma carrinha de vinte e sete lugares, a pagar mediante a apresentação da respetiva fatura.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 537/2014.-----

O compromisso a assumir com a deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade com o número 686/2014, de 03 do corrente mês de março.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

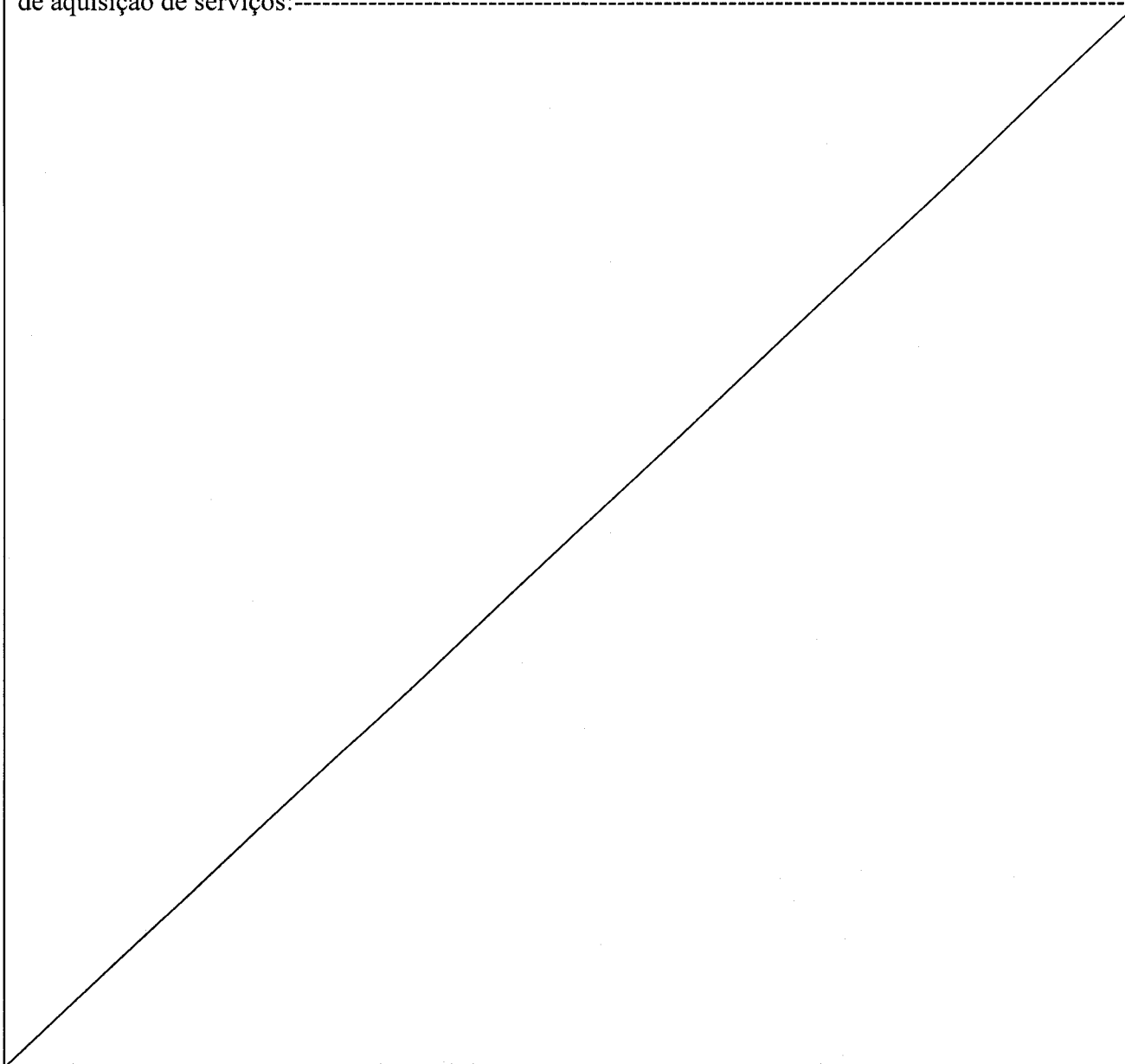


A

7

**16. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.-----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 11 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, deliberasse dar parecer favorável à celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços:-----





A

7

16. A) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS INSTALAÇÕES DE SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E QAI E MICROGERAÇÃO FOTOVOLTAICA, NA ESCOLA BÁSICA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS / PONTE.-----

Presente informação de sete de fevereiro findo, do departamento obras municipais, registada com o número dois mil cento e quarenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.---

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo preço contratual global estimado, para dois anos de vigência, é de 17.200,00 € (dezassete mil e duzentos euros), mais IVA.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020225, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental número 317/2014, de 7 de fevereiro findo.-----

O contrato será celebrado com a sociedade LIAR-Licenciamentos Industriais, Auditorias e Representações Lda, com a fundamentação constante daquela informação.-----

O contrato a celebrar destina-se a dar cumprimento às disposições legais do Decreto-lei 118/2013, de 20 de agosto, que visa assegurar e promover a melhoria do desempenho energético dos edifícios, e, face ao prazo proposto para a sua vigência, terá encargos plurianuais nos anos económicos de dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis. Considerando, no entanto, que o contrato de prestação de serviços a celebrar se destina a assegurar a manutenção de equipamento instalado em investimento inscrito no PPI de dois mil e catorze (programa/ação – 58/2002/396), considera-se que a autorização da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais cabe na autorização genérica concedida pelo órgão deliberativo, por

Reunião : ORDINÁRIA

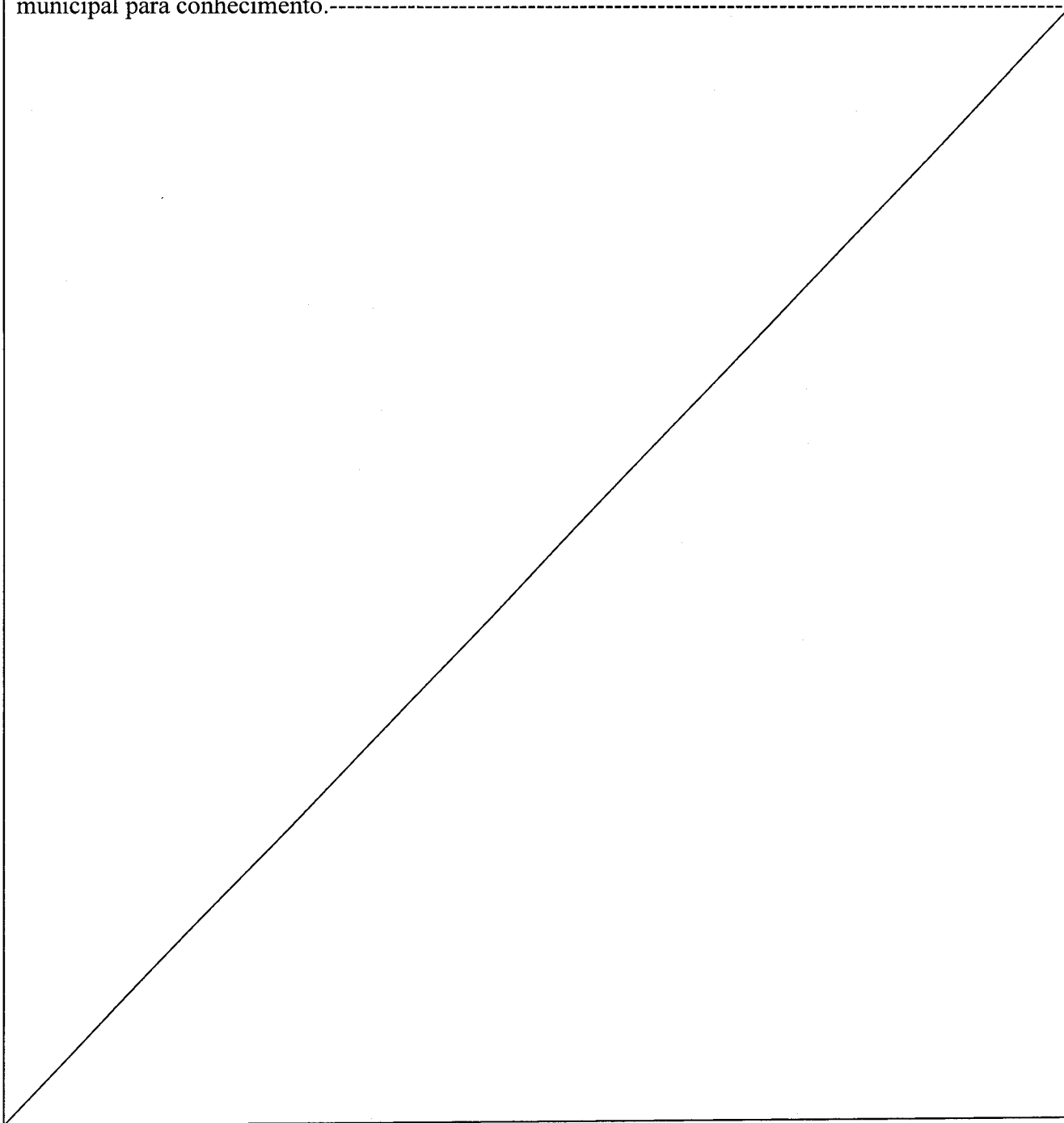


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 5 Fl. 99
5 de março de 2014

deliberação de vinte de dezembro último.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta e remeter à assembleia municipal para conhecimento.-----





16. B) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA E PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE RELATIVOS AO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU ABADE PEDROSA / MUSEU INTERNACIONAL DE ESCULTURA CONTEMPORÂNEA

Presente informação da diretora do departamento de planeamento e ambiente, de dezanove de fevereiro findo, registada no sistema de gestão documental com o número dois mil cento e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado é de 34.000,00 € (trinta e quatro mil euros), mais IVA.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 070115, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental número 416/2014, de vinte e um de fevereiro findo.-----

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória de 12% legalmente prevista.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



16. C) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A MANUTENÇÃO DOS ELEVADORES INSTALADOS NA ESCOLA BÁSICA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS / PONTE.-----

Presente informação de vinte e sete de janeiro último, do departamento obras municipais, registada com o número dois mil cento e quarenta, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo preço contratual global estimado, para dois anos de vigência, é de 4.800,00 € (quatro mil e oitocentos euros), mais IVA.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020219, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental número 2260/2013, validada nesta data.-----

O contrato será celebrado com a sociedade Shindler Ascensores e Escadas Rolantes, S.A., com a fundamentação constante daquela informação.-----

O contrato a celebrar destina-se a dar cumprimento às disposições legais do Decreto-lei 320/2002, de 28 de dezembro, que estabelece as disposições aplicáveis à manutenção e inspeção de ascensores, e, face ao prazo proposto para a sua vigência, terá encargos plurianuais nos anos económicos de dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis. Considerando, no entanto, que o contrato de prestação de serviços a celebrar se destina a assegurar a manutenção de equipamento instalado em investimento inscrito no PPI de dois mil e catorze (programa/ação – 58/2002/396), considera-se que a autorização da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais cabe na autorização genérica concedida pelo órgão deliberativo, por deliberação de vinte de dezembro último.-----

Reunião : ORDINÁRIA

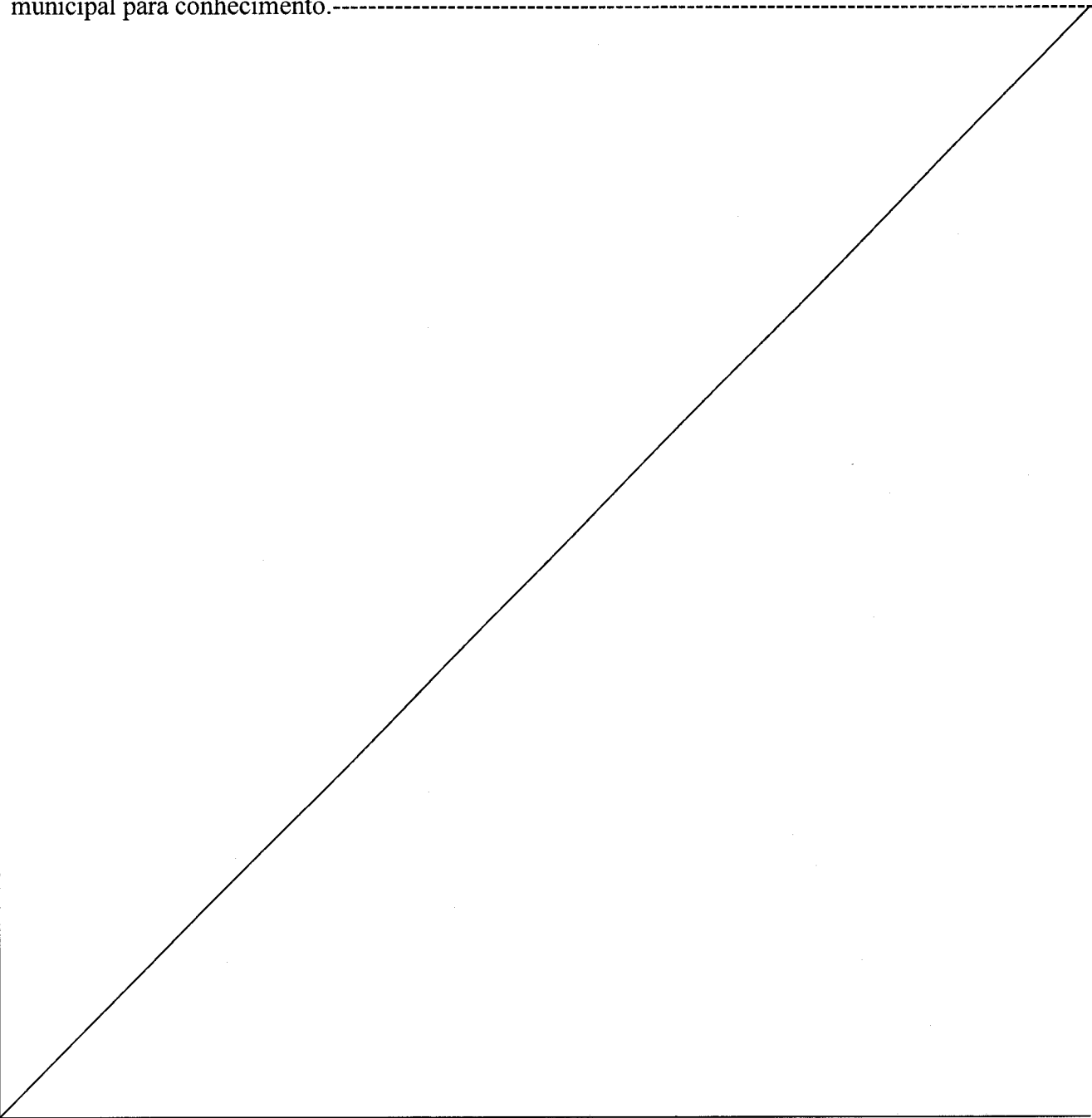


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 5 Fl. 102
5 de março de 2014

Sobre a proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória de 12% legalmente prevista.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta e remeter à assembleia municipal para conhecimento.-----





A

7

16. D) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO SERVIÇOS DE TRANSPORTE NO ÂMBITO DO “PROGRAMA MIMAR” (PÁSCOA/2014).-----

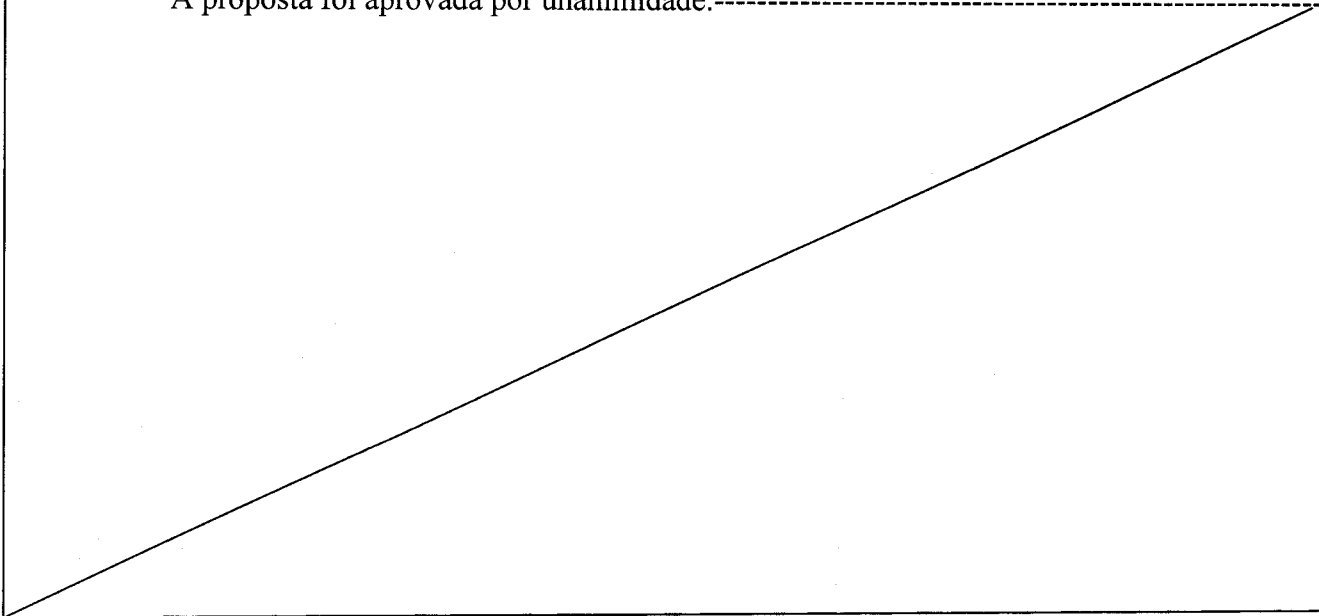
Presente informação da divisão de educação, de vinte e cinco de fevereiro findo, registada no sistema de gestão documental com o número dois mil cento e oitenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à contratação externa de serviços de transporte, conforme referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado é de 20.000,00 € (vinte mil euros), mais IVA.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental número 472/2014, desta data.-----

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória de 12% legalmente prevista.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





A

7

APROVAÇÃO DA ATA: No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma, de harmonia com o previsto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Dezoito horas.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cento e cinco folhas, apenas utilizadas no anverso, e cinco documentos anexos (anexo I, respeitante ao item seis; anexo II, respeitante ao item oito; anexo III, respeitante ao item nove; anexo IV, respeitante ao item dez e anexo V, respeitante ao item doze) que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 18 / 03 / 2014, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas doze da respetiva minuta).-----

A Secretária,